

Universidade Federal do Paraná

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

REVISTA DE ECONOMIA

Ano 13

1987

Nº 12

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Rua Dr. Faivre nº. 405, Curitiba – Paraná – Brasil
CEP 80060 Fones: 264-5722 e 264-2522 ramal 236

REVISTA DE ECONOMIA

Diretor: Prof. Mariano de Matos Macedo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Alceu Souza (Administração)
Prof. José Benedito de Paula (Economia)
Prof. José Henrique do Carmo (Economia)
Prof. Joviano Nóbrega (Economia)
Prof. Romeu Telma (Administração)
Prof. Taras Savytzky (Contabilidade)

Diretor (1968 a 1972) – Prof. Eloy da Cunha Costa
Diretor (até maio de 1972) – Prof. Mário Diney Corrêa Bittencourt

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade de seus
autores.

REVISTA DE ECONOMIA

Universidade Federal do Paraná

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

CURITIBA – 1987

SUMÁRIO

José Henrique do Carmo - Crescimento, inflação e dívida externa	1
José Benedito de Paula - O mercado de capitais no Brasil- aspectos relevantes de sua evolução recente	11
Rubem Pinheiro - Pobreza, êxodo rural e favelas	21
Cássio Frederico Camargo Rolim - Foz do Iguaçu: idéias iniciais sobre a formação de um complexo turístico-exportador	51

R. Econ.	Curitiba	v.13	n. 12	p.1 - 65	1987
----------	----------	------	-------	----------	------

**Composto e impresso nas oficinas da gráfica da
Fundação da Universidade Federal do Paraná**

**Rua Alfredo Bufren, 140 — Telefone: 264-2522 — Ramais 295 e 243
80.000 — Curitiba — Paraná**

CRESCIMENTO, INFLAÇÃO E DÍVIDA EXTERNA*

José Henrique do Carmo
Prof. do Depto. de Economia
da UFPR

A superação dos dois grandes problemas que hoje afetam a economia brasileira, a inflação e as baixas taxas de crescimento, tem sido objeto de amplo debate. Por um lado indica-se para o caminho da restrição monetária, como forma de debelar-se a inflação, para posterior retomada do crescimento, considerando incompatível combate à inflação e crescimento. Por outro, aponta-se para o caminho do crescimento econômico, considerando possível conciliar crescimento e combate à inflação.

Estas posições antagônicas se traduzem em diagnósticos diferentes das causas do fenômeno, uma, creditando o excesso de demanda como responsável, outra considerando problemas estruturais, como causa principal. Naturalmente o fenômeno inflacionário não se apresenta de forma tão simples. É possível e mais provável que a inflação se revista de características que abranjam as várias causalidades.

Neste sentido, Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano muito bem colocam a questão:

Qualquer política de controle da inflação deve necessariamente estar relacionada com o correspondente diagnóstico sobre as causas do processo inflacionário em curso. Se a inflação for de demanda, o controle monetário e/ou fiscal da demanda agregada será a política indicada; se a inflação for autônoma ou administrada, o mercado será imperfeito e portanto o controle de preços e a política de rendas serão o caminho natural; se a inflação for estrutural será preciso conviver com a inflação ao mesmo tempo que se adotam medidas de longo prazo para reduzir os desequilíbrios estruturais. Como estas causas não são excluentes, uma combinação dessas políticas será provavelmente necessária. A ênfase entretanto, deverá ser dada à causa principal da inflação em curso.¹

O diagnóstico da inflação de demanda, no caso brasileiro, encontra algumas limitações, como inflação com crescimento negativo ou aumento persistente dos preços com alto grau de capacidade ociosa no aparelho produtivo.

*Este texto foi elaborado em 1985 e a sua publicação neste número se justifica pelo fato de expressar idéias e conceitos pertinentes a questões relativas à formulação e implementação da política econômica atual, especialmente no que se refere à área externa.

As falhas estruturais, como, por exemplo, o comportamento dos preços dos produtos agrícolas de consumo interno, têm contribuído para o processo inflacionário. Motivo entre outros, de uma política que privilegiou os produtos agrícolas de exportação em detrimento da produção interna de alimentos.

O diagnóstico de inflação autônoma, que também imputa ao fenômeno causa estrutural, é aquele que maior coerência tem apresentado. Este considera a questão pelo lado do comportamento da oferta, justificando a estagflação (estagnação econômica com inflação), ou a existência de capacidade ociosa nas empresas com aumento de preços, no fato do alto grau de oligopolização da economia. Quando da redução da demanda e conseqüentemente da produção, as empresas passam a aumentar os seus preços, devido à política de taxas de lucro constantes. Em outras palavras, devido ao grau de oligopolização da economia, as empresas têm força para administrar os seus preços, através de conluíus, formando autênticos cartéis.

As demonstrações empíricas, através dos vários estudos de Ignácio Rangel, têm corroborado esta posição.

Talvez não tenha sido sempre assim, nem deva ser sempre assim; talvez não seja assim em todos os países, mas, no Brasil e agora, a inflação integra a síndrome da recessão. Isso não é questão de preferências, nem de pareceres, mas uma simples questão de fato. A inflação aparece pontualmente, quando a economia se desaquece e, com a mesma pontualidade, amaina, quando a economia se reaquece: (...) a economia está fortemente oligopolizada, o que permite ao empresário - em fácil conluio com outros empresários, o que dá ao grupo poder de monopólio virtual - administrar a oferta e, confrontando-se com uma demanda atomizada, administrar também os preços.

Admitindo-se, portanto, ser a nossa inflação principalmente autônoma, a proposta principal de política econômica para combatê-la, seria uma política de controles administrativos de preços e rendas, conjugada com políticas monetárias e fiscais.

As propostas de Bresser e Nakano indicam esta direção.

A proposta que fizemos de política antiinflacionária é uma proposta de controle gradual da inflação via controles administrativos de preços e rendas, inclusive desindexação parcial e planejada da economia, combinada com medida de redução do déficit público e da oferta monetária à medida que a inflação for baixando. As políticas monetária e fiscal aparecem, assim, de forma subordinada, na medida em que a oferta monetária e o déficit público, quando a inflação é autônoma são apenas fatores sancionados da inflação.³

A aplicação das políticas de administração, de preços e rendas, implica em limitações à política empresarial de taxas de lucros constantes e controle salarial da massa trabalhadora, não consentindo em aumentos salariais acima da produtividade da economia. Esta política, portanto, age em campos cujo poder político é bastante elevado. As empresas, através dos sindicatos patronais, associações e federações, têm condições de lutar por seus interesses através de um "lobby" poderoso e o mesmo, hoje, pode-se dizer da classe trabalhadora. O que se pode deduzir é que, estando a economia em crescimento, se torna mais fácil a aplicação desta política.

A política administrativa provavelmente garantirá ao sistema econômico taxas mais elevadas de crescimento econômico a médio prazo, além de lograr manter em níveis aceitáveis a inflação. Seu pressuposto é o de que qualquer política de controle da inflação só terá êxito na medida em que logre diminuir as resistências das empresas à redução de suas margens de lucro via controle de preços e, ao mesmo tempo, permita que os trabalhadores limitem as suas reivindicações salariais à manutenção do salário real mais o incremento médio de produtividade. Ora, dado o poder de mercado das empresas e o crescente poder de barganha dos trabalhadores, essas duas condições de controle da inflação serão muito mais facilmente atingíveis em uma economia em crescimento, que reduz capacidade ociosa e aumenta o nível de emprego. Só assim será possível compatibilizar o aumento de salários com uma atuação próxima ao pleno emprego, e a diminuição das margens de lucro com a manutenção das taxas de lucro.⁴

O crescimento econômico, no contexto de inflação autônoma, leva a redução da capacidade ociosa, conduzindo ao ajuste dos preços dos setores oligopolizados, evitando manobras altistas, que garantem a margem fixa de lucro em relação ao seu capital, quando da redução da atividade. Por outro lado, o aumento de renda resultante do crescimento, pode significar redução do déficit público, pela possibilidade de passar-se a financiá-lo com o aumento dos recursos fiscais, contrapartida do crescimento econômico, descomprimindo o crédito e reduzindo a taxa de juros.

As evidências do exposto nos levam a considerar ser a inflação brasileira principalmente autônoma ou administrada e que o crescimento econômico é instrumento importante em uma política que vise combatê-la.

Conclui-se, portanto, que é coerente crescer e combater a inflação, levando-se assim, a vantagem de reduzir as tensões e pressões sociais, provocadas pelo desemprego e perda de poder

de compra dos trabalhadores, bem como pela instabilidade da atividade empresarial, que têm posto em risco, e muitas vezes derrubado, as poucas e precárias democracias do Terceiro Mundo.

A pergunta que este raciocínio induz é: poderá o Brasil crescer o suficiente para reduzir a capacidade ociosa e combater a inflação?

Acreditamos que nesta proposta se pode encontrar o drama, que vivem hoje os formuladores da política econômica.

Se o remédio para o mal existe, o que impede aplicá-lo em sua plenitude?

Obviamente motivos inerentes ao processo de desequilíbrio econômico dificultam a aplicação de qualquer política. Porém, no caso brasileiro, existe um fator, na atual conjuntura, altamente impeditivo para a política de crescimento: a Dívida Externa.

Vários estudos, relacionando o comportamento de nossos compromissos externos, gerados pelo endividamento, com as possibilidades de crescimento econômico, têm demonstrado as dificuldades existentes. O estudo do Prof. Edmar Bacha, "Choques externos e perspectivas de crescimento: o caso do Brasil-1973/89"⁵, com muita propriedade demonstra estas dificuldades.

Considera a pesquisa em questão, a interação econométrica de inúmeras variáveis macroeconômicas em três cenários básicos. Entre estas variáveis, estima a taxa de crescimento do PIB dos países industriais em 3%, o que levaria o crescimento das exportações brasileiras a uma taxa de 5% a.a. a partir de 1986; 1984 e 1985, devido aos bons resultados das exportações em 1983 e as projeções do governo brasileiro, imputa uma taxa mais alta 7% a.a. Em função da preservação das políticas monetárias nos principais países industriais, espera a manutenção dos altos níveis da taxa de juros, que, somadas a remessa de lucros dos investimentos diretos estrangeiros, se situaria em 10,5% a.a.

O primeiro cenário, que considera as restrições externas (inexistência de financiamentos externos) e as perspectivas de crescimento de 1984 a 1989, conclui o financiamento do déficit em conta corrente (diferença entre exportação e importação de mercadorias, serviços e donativos) a partir de 1984

da seguinte forma: 1984 US\$ 5,3 bi; 1985 US\$ 4,0 bi; 1986 US\$ 1,8 bi; 1987 (-US\$ 1 bi); 1988 (-US\$ 2,1 bi); 1989 (-US\$ 3,8 bi); note-se que a partir de 1987 passamos a gerar superávits em conta corrente. As taxas de crescimento do PIB neste cenário, seriam de 1983 (-3,3%); 1984 1,9%; 1985 1,7%; 86 (-1,5%); 87 0,9%; 88 2%; 89 3,9%.

Expõe em conclusão o autor:

Sob este conjunto de circunstâncias externas, as perspectivas brasileiras a curto e médio prazos são bastante ruins. ..., somente em 1989 o Brasil conseguirá apresentar taxas de crescimento do PIB acima das de sua população. Estas estimativas implicam que em 1989 o PIB real per capita será 6% menor que em 1983 e 19% menor do que em 1980.

As simulações se baseiam nas tendências correntes do Acordo Ampliado entre o Brasil e o FMI, supondo-se, ainda, uma atitude essencialmente passiva da política econômica do País face a competitividade externa. Deste modo, seu propósito não é projetar o que de fato irá ocorrer, mas sim enfatizar a necessidade tanto de um relaxamento das restrições externas como de uma melhoria da competitividade externa da economia brasileira.

O grau de utilização da capacidade da economia é calculado em 80% em 1983, com o panorama de crescimento acima, situar-se-ia em 1989 em 79%, fator de estímulo ao processo inflacionário, segundo nossa linha de raciocínio.

No segundo cenário, considera Bacha as perspectivas de crescimento com promoção adicional de exportações de 1984 a 1989, estimando um crescimento real das exportações de 7% a.a., aumentando assim nosso poder de compra. As demais premissas permanecem as mesmas. As expectativas de financiamento externo são, portanto, iguais ao cenário anterior. O crescimento do PIB nestas condições seria: 1983 (-3,3%); 1984 1,9%, 85 1,7%, 86 0,5%, 87 3,1%; 88 4,2%, 89 6,1% e conclui: "isto melhoraria bastante as perspectivas de médio prazo do País, mas ainda deixaria os brasileiros no final da década com uma renda "per capita" minimamente acima daquela auferida em 1983".

A capacidade de utilização da economia, situar-se-ia em 85% em 1989, havendo, portanto, pequena recuperação da atividade, embora reduzida, positiva no sentido de uma política de emprego e combate à inflação.

No último cenário, Bacha considera as perspectivas de crescimento com promoção de exportações (o crescimento das exportações permanece em 7% a.a. até 1989) e entrada líquida de

capitais, constantes em termos reais em: 1983 US\$ 6,3 bi; 84 US\$ 5,3 bi; 85 US\$ 5,6 bi; 86 US\$ 5,8 bi; 87 US\$ 6,1 bi; 88 US\$ 6,4 bi; 89 US\$ 6,8 bi. Isto significa capitalizar a metade dos gastos estimados nos cenários anteriores, com juros e remessas de lucro. O crescimento do PIB, nesta hipótese, seria em torno de 6,5% a.a. a partir de 1985, ou, 1983 (-3,3%); 84 1,9%; 85 6,4%; 86 6,5%; 87 6,5%; 88 6,6%; 89 6,6%.

E conclui: "Embora altas" (refere-se às taxas de crescimento do PIB) "quando comparadas com a experiência recente do País, elas seriam não mais de que suficientes para garantir aos brasileiros, no final da década, a mesma renda "per capita" de que eles desfrutaram em 1980".

O grau de utilização da capacidade da economia situar-se-ia em 96% em 1989, o que demonstra um fator positivo nas políticas propostas de emprego e combate à inflação.

A conjuntura atual não indica tendências no sentido desta última projeção, pelo contrário, a tendência é mais no sentido de uma posição menos favorável que talvez se aproxime do 1º cenário; a redução atual das nossas exportações, a manutenção de juros altos e o progresso relativo da renegociação da dívida externa, bem o demonstram.

As conclusões do estudo acima indicado se não demonstram com precisão matemática a realidade, nos servem para alertar contra o perigo, de uma renegociação da Dívida Externa, que não nos permita fôlego para crescer. Aqui é que se devem concentrar os esforços dos formuladores da política econômica; as atuais políticas são paliativos de curto prazo e não solucionarão o problema econômico nacional.

Não imaginemos, no entanto, que terão os formuladores da política econômica, soberania para definir o rumo aqui proposto. A renegociação com os banqueiros em condições normais, não é fácil. O que dizer quando a opção de política, for a de crescimento, usando controles de preços e rendas, ferindo frontalmente os preceitos do FMI?

Estes preceitos obrigam a adoção de políticas monetaristas, que contrariam portanto o diagnóstico da nossa inflação e nos levam à recessão, mas o seu cumprimento equivale a um aval junto à comunidade financeira internacional.

A fundamentação teórica dos programas de estabilização do FMI parte do princípio do ajuste monetário de Balanço de Pagamentos, que se propõe seja automático. Assim, déficits de Balanço de Pagamentos em transações correntes (diferença entre exportação e importação de mercadorias, serviços e donativos), são caracterizados como a existência de excesso de dispêndio agregado em relação ao PNB.

Enquanto o excesso de dispêndio agregado for financiado, através do aumento da dívida externa ou investimentos estrangeiros no País, o Balanço de Pagamentos não apresenta, a rigor, problemas, mas a partir do momento em que ocorre redução permanente de reservas internacionais, devido, por exemplo, à redução dos financiamentos externos, surge a problemática do Balanço de Pagamentos.

Adotando o País o sistema de ajuste monetário do Balanço de Pagamentos, o pretendo ajuste ocorreria da seguinte forma: a redução das reservas internacionais corresponde a uma diminuição idêntica em moeda nacional da base monetária, isto porque as operações em divisas geram operações em moeda nacional entre o Banco Central e os residentes do País. A contração da base monetária reduz os meios de pagamento, eleva a taxa de juro, desestimulando o consumo e o investimento, reduzindo portanto o dispêndio agregado, até propiciar o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Caso isto não ocorra, significa terem as autoridades monetárias compensado a redução da base monetária, com aumento de crédito, por exemplo.

Trata-se, portanto, de uma terapia recessiva que, em nosso caso, não contribui em nada para a resolução de nossos problemas de emprego e inflação. Contribui, sim, para garantir os interesses dos banqueiros internacionais. A recessão, ao reduzir as importações, normalmente, gera superávits comerciais, o que aumenta, portanto, a segurança do pagamento do serviço da dívida. É importante lembrar que um dos fatores que mais contribuíram para a crise do Balanço de Pagamentos de quase todos os países do Terceiro Mundo foi, exatamente, o aumento da taxa de juro internacional, fruto da política monetarista interna adotada nos E.U.A.

Esta política monetarista de ajuste externo, em países vulneráveis, ou seja, aqueles que basicamente importam somente insumos e bens de capital, é um verdadeiro desastre; a impossibilidade de importação suficiente destes itens, impede o funcionamento de grande parcela do sistema econômico e este, é o caso do Brasil.

Em resumo, combate-se o déficit externo com aperto monetário, pois este déficit é fruto de excesso de demanda, como também o é, a inflação, segundo esta linha de pensamento.

Pode-se depurar que, a adoção de políticas monetaristas de ajuste, interno e externo, manterá a inflação, elevará o desemprego, conduzirá ao sucateamento o parque industrial (vide Chile e Argentina) e eliminará a tênue recém-nata democracia brasileira.

Em suma, a alternativa do monetarismo neoliberal conduz a um sistema e está configurado o mesmo, ou seja: um sistema de capitalismo transnacional de economia, livre, autoritário e sob jurisdição do mercado. Sistemas que, ao serem incapazes de superar a crise, a aprofundam, marginalizam a amplos setores sociais e assumem o militarismo e a repressão como expressões forçadas pelo sistema político, fortalecendo apenas uma linha de intervenção do Estado; a do Estado-Polícia e Estado-Vigilante do livre-mercado e a do Estado Autoritário e repressivo.

Assim, os banqueiros internacionais terão o seu juro e a garantia de seu capital e os brasileiros terão, apenas, repressão e fome.

SUMMARY

This paper examines the issues of economic growth, inflation control and rescheduling of the Brazilian external debt. It attempts to demonstrate that primarily monetarist economic policies are not a solution to the financial problems of the country.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & NAKANO, Yoshiaki. Política administrativa de controle da inflação. R.Econ.Pol., 4 (3):105-25, jul./set. 1984.
- 2 RANGEL, Ignácio M. Na síndrome da recessão. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 mar. 1985.
- 3 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & NAKANO, Yoshiaki.

- 4 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A inflação no Capitalismo de Estado (e a experiência brasileira recente). R.Econ.Pol., 1(2):3-41, abr./jun. 1981.
- 5 BACHA, Edmar L. Choques externos e perspectivas de crescimento: o caso do Brasil - 1973/89. Pesq.Planej.Econ., 14(3):583-622, dez. 1984.
- 6 VILLAREAL, René. Economia mista e jurisdição de Estado: para uma teoria de intervenção do Estado na economia. R. Econ.Pol., 4(4):62-88, out./dez. 1984.

OUTRAS FONTES

- 1 SILVA, Cláudio Ferreira da & HORTA, Maria Helena T.T. As negociações financeiras internacionais do Brasil pós FMI. R.Econ.Pol., 4(3):25-43, jul./set. 1984.

O MERCADO DE CAPITAIS NO BRASIL
ASPECTOS RELEVANTES DE SUA EVOLUÇÃO RECENTE

José Benedito de Paula
Prof. do Depto. de Eco-
nomia da UFPR

1 INTRODUÇÃO

O Mercado de Capitais Brasileiro vem se caracterizando por uma notável evolução, cujas origens datam do pós-guerra. A sua dinamização, porém, é de certa forma bastante recente, dado que grande parte daquele período (praticamente até meados de 1964) notabilizou-se pelo controle da taxa de juros, através da Lei de Usura, de 1933, que determinava que o limite máximo a ser cobrado sobre os empréstimos e financiamentos fosse de 12% ao ano, ao mesmo tempo em que se desenvolvia um processo de inflação acelerada, que culminaria com uma taxa de cerca de 90% ao ano no começo de 1964.

Com efeito, tal limitação trazia em seu bojo sérias dificuldades para os agentes econômicos, de um modo geral, uma vez que, como se sabe, os controles sobre as taxas de juros, ainda que contornados por instrumentos do tipo "fundos de participação", como aconteceu na época da gestação das "financeiras" no Brasil, tendem a provocar grandes malefícios aos mercados de ativos financeiros e reais, dado que isso normalmente leva ao surgimento de um mercado paralelo de fundos que opera com custos de informação e intermediação extremamente elevados vis-à-vis as taxas de juros livres.

Na realidade, apesar da ausência de instrumentos mais formais, que só em 1964 viriam entrar em vigência, o início da modernização do Mercado de Capitais Brasileiro teve origem na Portaria nº 309 do Ministério da Fazenda, que permitiu às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (as chamadas financeiras) emitirem títulos cuja taxa de juros, ainda que con-
R.Econ., Curitiba, 14(12): 11-19, 1987.

troladas oficialmente, eram livres na prática, em virtude da natureza do instrumento de captação: a letra de câmbio. Hoje, em que pese sua relativamente pequena participação no total de haveres financeiros, não se pode perder de vista sua importância histórica na formação e fortalecimento desse mercado por variados motivos: primeiro, esse título, por muito tempo, constituiu a alternativa mais avançada com que poderia se contar para o desenvolvimento do mercado de capitais; e, segundo, esse papel se vinculava ao financiamento específico de bens de consumo duráveis, carro-chefe da nascente industrialização brasileira, cuja demanda centrava-se fundamentalmente na disponibilidade de créditos a médio e longo prazo. Ademais, até o advento dos Bancos de Investimento, em 1964, as financeiras foram a única fonte privada de empréstimos a médio prazo para investimento no setor industrial.

2 OS PROBLEMAS DA MODERNIZAÇÃO

Uma dificuldade aparentemente incontornável com vistas à modernização do Mercado de Capitais brasileiro residia no fato de ter-se que tornar atraente a remuneração do capital financeiro aplicado no ambiente inflacionário da época, particularmente a partir da década de 50, sem naturalmente abrir-se mão da Lei de Usura, vale dizer, sacrificando-se a liberação total das taxas de juros e, desse modo, impossibilitando a natural acomodação do mercado. Tratava-se, na verdade, de um problema de política econômica de fundamental importância, cuja solução se postergou por muitos anos. Entretanto, a partir de 1964, com a nova ordem, as diretrizes de política econômica mudaram-se radicalmente, constituindo-se num de seus principais objetivos o combate à inflação e o desenvolvimento do mercado financeiro de um modo geral, visando a formação de poupanças em volumes crescentes para o financiamento dos investimentos públicos e privados.

Na realidade, o que se pretendia era buscar uma alternativa de financiamento do crescimento econômico diferente da utilizada pelos governos anteriores, isto é, a emissão de títulos ao invés da expansão pura e simples da base monetária. Desse modo, a criação de instrumentos que permitissem a ampliação e fortalecimento do mercado de ativos financeiros era parte relevante da nova política econômica e, para tanto, era preciso desde logo garantir-se um esquema eficaz no sentido de atrair os investidores, oferecendo-lhes remuneração real do capital aplicado, o que somente se tornou possível após a adoção do instituto da correção monetária, cuja vigência se tornou legal através da Lei nº 4.357/64, notando-se, porém, que tal iniciativa não tratava de revogar a Lei da Usura e, sim, contornar suas limitações a tal objetivo.

Conseqüente àquele ato, que na realidade representou uma alteração profunda no sentido de viabilizar a expansão da dívida mobiliária federal, o Governo iniciou a emissão de títulos com cláusula de correção monetária (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), cujo valor e remuneração seriam ajustados periodicamente de acordo com a taxa de inflação. A absorção voluntária desses papéis pelo mercado foi- como seria de esperar- inicialmente a níveis reduzidos. Entretanto, em função da atuação didática do Governo, o mercado rapidamente se sensibilizou em relação aos reais atrativos daquele tipo de investimento e já em 1965, a partir da compreensão mais nítida do mecanismo da correção monetária, esse ativo pôde considerar-se solidamente vitorioso, encorajando as autoridades a generalização da correção monetária a outras formas de captação, tais como a letra imobiliária e a caderneta de poupança, que, conjuntamente com o FGTS, viriam a se constituir no sustentáculo financeiro da política habitacional recém-implantada.

À vista de tais fatos e perspectivas, houve uma necessidade da revisão nas taxas de remuneração de outros títulos

existentes no mercado, em especial as letras de câmbio e os depósitos a prazo fixo, adotando-se nesse caso a correção monetária prefixada, o que, de fato, significava a determinação prévia dos juros ante o espectro inflacionário, garantindo-se, portanto, uma maior segurança e liquidez para aqueles ativos. Além disso, com o tratamento fiscal dispensado ao rendimento correspondente à correção monetária, que não se constituía em parcela tributável, reforçava-se a convicção de que o investimento em títulos de renda fixa sujeitos ao reajustamento monetário periódico com base na taxa de inflação se traduzia em excelente alternativa de aplicação financeira.

Por outro lado, o mercado paralelo, em que os juros eram livremente pactuados, continuava a ser a fonte natural de financiamento empresarial, e um dos problemas de institucionalização do mercado de capitais brasileiro, dentro de suas atuais características, residiu na necessidade de se desviar o ainda apreciável volume de recursos financeiros daquele segmento para o chamado mercado de papéis legítimos. Essa tarefa foi relativamente fácil, uma vez que, como o instrumento mais utilizado no mercado paralelo era nota promissória, bastaria que um instrumento legal, no caso o Decreto-lei nº 427/69, as declarasse nulas (inclusive as letras de câmbio), caso não fossem registradas no Ministério da Fazenda no prazo de 15 dias contados de sua emissão, ou saque, evitando-se, portanto, que as partes envolvidas naquele tipo de negócio ficassem anônimas, vale dizer, impossibilitando qualquer tipo de fiscalização por parte do Governo. Destaque-se, ainda, que muitos agentes captadores de recursos, especialmente as empresas industriais, estribados no amparo legal, iniciaram um movimento de recusa ao cumprimento de suas obrigações junto aos investidores, em relação aos papéis, considerados duvidosos, acarretando, em consequência, mais um duro golpe no mercado paralelo, uma vez que a condição básica de sobrevivência era justamente o pacto de confiança mútua entre R.Econ., Curitiba, 14(12):11-19, 1987.

os intervenientes, e não instrumentos especificamente formalizados.

Dessa forma e por essas razões, foram transferidos para os vários segmentos do Mercado de Capitais oficial volumes crescentes de poupanças, que procuravam se proteger da desvalorização monetária e, de preferência, obter ganhos reais, caracterizando esse comportamento racional dos investidores uma profunda alteração no mercado de títulos de renda fixa.

Paralelamente, o mercado de títulos de renda variável viria ser objeto de grandes alterações que, na realidade, visavam resgatá-lo do marasmo em que se encontrava e transformá-lo num eficiente mecanismo de canalização de poupanças para o investimento industrial. Com efeito, a promulgação da Lei nº 4728/65, conhecida como Lei do Mercado de Capitais, tornou as regras do jogo bem mais explícitas para os investidores e captadores e, apesar dessa iniciativa governamental propiciar um grande leque de expectativas no mercado, a bolsa reagiu vigorosamente favorável, pois ficou claro que a adoção daquela medida, além de procurar impedir práticas indesejáveis, objetivava o real fortalecimento do mercado de capitais. De fato, ela representava a clara intenção do Governo no sentido de instituir e sedimentar um mercado de capitais forte e saudável, que deveria se tornar num dos pilares da nova política econômica de desenvolvimento e, especialmente, no esforço de combate à inflação endêmica.

Por outro lado, através da Lei da Reforma Bancária (Lei nº 4.595/64), definiu-se que o Sistema Financeiro Nacional seria constituído a partir de um Banco Central (BACEM), o qual deveria associar-se ao Banco do Brasil para, juntos, executarem o papel de autoridades monetárias na economia.

Esse sistema seria constituído ainda dos Bancos Comerciais e as demais instituições financeiras não bancárias, que viriam a ser lideradas por grandes bancos federais de fomento, ou seja, o BNDES, BNH e CEF, o que significou a materialização

de um velho sonho dos condutores da política econômica de então, isto é, a especialização do mercado destinada a superar o relativo atrofiamiento em que vivia até a década de 1960, em comparação a outros países capitalistas.

3 A EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

O desempenho do mercado acionário na década de 1970, em particular na época do boom, ilustrou a dificuldade de se criar um mercado que servisse de efeito mecanismo de obtenção de recursos de prazo mais longo para as empresas. O Governo autorizou as empresas a emitirem debêntures conversíveis, com vistas a superar os problemas decorrentes do desastre de 1971, mas não obteve resultados consistentes. Os recursos a longo prazo extensivos às empresas permaneceram basicamente vinculados às fontes tradicionais de crédito. Isso se explica pelas dificuldades naturais na obtenção de recursos a longo prazo no mercado interno, associados ao grande surto de liquidez que passou a se verificar no mercado internacional, em virtude da reciclagem dos petrodólares. Essas limitações deveriam levar as empresas a buscar recursos no exterior, correndo no entanto grandes riscos, frente às oscilações bruscas na taxa cambial e aos cheques de juros, etc. Além disso, devido o nível crescente de endividamento externo, as limitações de crédito se tornaram cada vez mais severas, tudo isso levando o Governo a pensar em novos mecanismos de captação de poupança interna, através da criação do PIS/PASEP, FINSOCIAL, etc., administrados por instituições financeiras federais, que se encarregam de repassar os respectivos valores/empréstimos à própria iniciativa privada que lhes deu origem.

Um passo importantíssimo, mais aí com o sentido nítido de financiar os próprios déficits governamentais, foi a instituição das operações de mercado aberto, a partir de 1968,

mecanismo tido como bastante flexível de controle da dívida pública e da execução da política monetária. Na realidade, o mercado de títulos públicos começou a ser restaurado com a emissão das ORTN e, posteriormente, com o lançamento, em 1970, das Letras do Tesouro Nacional.

Esses papéis, aliados, a partir de 1986, às Letras do Banco Central (LBC), trouxeram um ritmo intenso de desenvolvimento para os demais títulos públicos e privados, exacerbando de tal modo a especulação financeira no mercado de capitais, que, hoje, se critica com reiterada veemência a sua excessiva segmentação, e em consequência, carente de um maior controle e fiscalização das autoridades governamentais, principalmente do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4 CONCLUSÃO

Através dos fatos expostos anteriormente, pode-se observar que o mercado de capitais praticamente não existia antes da II Grande Guerra Mundial. Até 1964, podemos considerá-lo subdesenvolvido e atrofiado, pela inexistência de intermediários financeiros adequados, pela ausência de instrumentos modernos de captação e, principalmente, pela regra imposta pela Lei de Usura, que afugentava os aplicadores à cata de ganhos mais efetivos para suas poupanças. A partir de 1964, observa-se um súbito desenvolvimento do mercado, não só em termos de intermediação, como também de novos papéis, e a ausência de controles mais eficazes por parte do Governo não poderia resultar em outra coisa senão o boom de 1971 no mercado acionário, que representou, infelizmente, um marco grandemente negativo para o crescimento normal e saudável do mercado de capitais. Com as inovações observadas na década de 1970, que também foi pródiga no lançamento de novos papéis (fundos de poupança involuntária e títulos

governamentais), o mercado de capitais amadureceu em termos de modernização, mas, se tornou extremamente especulativo, em parte por culpa da própria ação governamental no âmbito das políticas monetária e da dívida pública.

Com efeito, não se deve esperar melhorias qualitativas no processo de desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, a curto e mesmo a médio prazo, enquanto não se criar mecanismos efetivos de controle e proteção do investidor, que se tornem instrumentos eficazes no sentido de serem depositários da confiança nas regras básicas do mercado, isto é, garantia de oferta e procura de fundos por instituições e intermediários financeiros tecnicamente idôneos e economicamente saudáveis.

SUMMARY

The Brazilian stockmarket has only expanded and diversified as from 1964, when the strict restrictions of the Usury Act, in effect since 1933 were broken through the introduction of the "monetary appreciation" mechanism which provided real gains investors in bonds fixed interest. The beginning of industrialization in the mid-fifties and the improvement of legislation allowed a remarkable increase in the stockmarket which following a period of acute speculation, culminated in the boom of 1971 with the resulting discredit of the stock exchange as an efficient organization for allocation of resources. The growing speculation also occurring in the fixed-interest bonds market, associated to the stock exchange fluctuation, led to the formation of several funds of compulsory investment which unfortunately will continue for a long time being the most adequate and safest way of allocating resources for financing economic growth.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 CASTRO, Hélio O. Portocarrero. Introdução ao Mercado de Capitais. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979. 189p.
- 2 CHIESA, Darcy Antonio. Open Market- o grande mercado. Porto Alegre, Sulina, 1971. 211p.

- 3 FERREIRA, Edésio F. Administração da dívida pública e política monetária no Brasil. In: POLÍTICA monetária e dívida pública. Rio de Janeiro, IBMEC, 1974. 457p.
- 4 HESS, Geraldo. Investimentos e Mercado de Capitais. Rio de Janeiro, 1971. 505p.
- 5 SILVA, Peri Agostinho da. Desenvolvimento financeiro e política monetária. Rio de Janeiro, Interciência, 1981. 201p.

POBREZA, ÊXODO RURAL E FAVELAS

RUBEM PINHEIRO

Prof. do Depto. de
Economia da UFPR

1 A POBREZA DAS NAÇÕES

Como introdução ao estudo da pobreza no Brasil e, particularmente, no Estado do Paraná, desejamos tecer algumas considerações sobre este fenômeno na história da humanidade.

Recuando no passado veremos que o homem tem vivido em estado de pobreza há cerca de dois ou três milhões de anos.

Este é o tempo que transcorreu, segundo os especialistas, desde o aparecimento da espécie humana sobre a terra. Com suas características atuais, de animal ereto, com a mão em forma de tenaz, tendo o polegar em oposição aos demais dedos, e com uma inteligência privilegiada; superior à dos outros animais.

Durante todos estes milhões de anos, esta verdadeira eternidade, o homem teve sempre uma companheira inseparável e constante: a pobreza.

Tão pobre como os outros animais da floresta, seus companheiros e contemporâneos. Ninguém jamais viu um tigre ou um elefante ricos. Nem mesmo um macaco. Todos, homens e animais, viveram, habitualmente, em situação de absoluta pobreza primitiva.

Vivendo nas florestas ou nos campos, abrigando-se debaixo ou em cima das árvores e, posteriormente, nas cavernas; dormindo enrolado nas peles dos animais abatidos; comendo apenas, quando os azares da caça e da pesca rudimentares o permitiam; possuindo de seu apenas a lança, a flexa, o tacaço, algumas panelas de barro e cestos de palha; o homem foi miseravelmente pobre durante estes milhões de anos do início de sua marcha em direção à civilização.

Somente depois que as tribos nômades passaram a acampar à beira dos grandes rios, transformando-se de coletores de produtos silvestres, em agricultores sedentários, foi que alguns indivíduos e alguns povos começaram a enriquecer. Isto se deu há cerca de oito ou dez mil anos, nas chamadas "aldeias sedentárias".

Portanto, faz muito pouco tempo que surgiram as sociedades opulentas e os homens abastados, em algumas regiões da terra.

A verdadeira sociedade opulenta, de que nos fala John Kenneth Galbraith, resultou, em verdade, da Revolução Industrial Inglesa, do sec. XVIII.

Portanto, o grande capitalismo, o alto padrão de vida, o luxo e o esplendor da riqueza, que ofusca tantos olhos e que gera frustrações e revolta em populações ainda marginalizadas ou primitivas e pobres, é coisa recente, e conta apenas cerca de duzentos anos. Uma parcela insignificante de tempo na história da humanidade.

Devemos agora indagar o como e o porquê do surgimento desta recente condição humana: a vida nas sociedades opulentas.

Em primeiro lugar, o fenômeno do enriquecimento não se deu por toda parte e em determinado momento.

Também não atingiu a todos os elementos das sociedades que enriqueciam, mas sim, determinados indivíduos, preferencialmente. Para, depois, ir, lentamente, generalizando-se e expandindo-se por toda a comunidade.

O enriquecimento deriva, principalmente, do desenvolvimento da tecnologia de produção.

Surge quando o homem aprende a fazer coisas, a aperfeiçoar seu sistema produtivo e a trocar seus excedentes de produção. Portanto, surge quando o homem passa de nômade caçador a agricultor sedentário, a artesão e, principalmente, a comerciante.

A prática da agricultura às margens dos rios constituiu-se numa extraordinária revolução tecnológica. Ela foi básica para os aperfeiçoamentos posteriores dos meios de produção.

Na aldeia sedentária primitiva o homem começou a domesticar as plantas e os animais, a fim de utilizá-los, mais facilmente, para sua alimentação e para seus serviços. Aprendeu a realizar a irrigação dos campos e a conservação dos produtos para consumo posterior.

A agricultura e a criação de animais permitiram o abastecimento regular das sociedades humanas, pois, com elas, surgiu também o armazenamento ou a guarda de produtos para as épocas de escassez ou entressafra.

O homem começou a realizar poupanças que lhe permitiam mais segurança para os dias futuros e, também, investimentos em obras de maior vulto, como edificações e barragens.

Na aldeia sedentária começa a surgir, ainda, a divisão do trabalho e as classes sociais. Com isso, aumentou significativamente a eficiência do sistema produtivo.

Os povos sedentários, enriquecidos pela agricultura, eram freqüentemente atacados pelas hordas de nômades famintos, nas épocas ou regiões onde escasseava a caça e a pesca.

Diante desses freqüentes ataques surgiu, naturalmente, a idéia de defesa das populações sedentárias através do erguimento de paliçadas ou muralhas protetoras em torno das aldeias.

Os aldeões passaram a fazer uma guerra, preponderantemente, defensiva, pela natureza mesma de sua condição sedentária. Eram mais ricos e podiam sempre ser encontrados pelos seus inimigos, pois estavam vinculados às suas terras e propriedades.

Já os nômades costumavam fazer, principalmente, a guerra de agressão, pela sua mobilidade e pela dificuldade de serem encontrados pelos seus virtuais inimigos.

Das guerras entre nômades e agricultores sedentários surge, inicialmente, o fenômeno da escravidão.

O nômade, quando faz prisioneiros, geralmente os trucidava. Pela sua vida errante ele não tem condições de conservar seus prisioneiros de guerra. Soltar os inimigos vencidos seria insensato, pois no futuro poderiam ter que combatê-los de novo. Nada mais se podia fazer com eles a não ser matá-los.

Já na aldeia sedentária esta situação se modifica. Existem os trabalhos agrícolas em que os prisioneiros de guerra podem ser usados como mão de obra servil ou escrava.

Isto foi logo percebido pelos dirigentes das aldeias sedentárias. Passou a ser um grande negócio conservar os inimigos vencidos, para os penosos trabalhos agrícolas, que se realizavam nas aldeias.

E, enquanto os escravos trabalhavam nos serviços mais pesados e penosos, os aldeões passaram a dedicar-se às artes; às ciências; e à vida militar. Surgiram, assim, as diversas classes da sociedade sedentária e preponderantemente agrícola.

Os soldados, para guarnecerem as muralhas e defenderem a aldeia. Os escravos para trabalharem na agropecuária e em alguns serviços mais grosseiros. Os artesãos ou artífices para trabalharem nas manufaturas e serviços mais nobres. Os administradores e governantes para administrarem e organizarem a sociedade. Os sacerdotes para cuidarem dos problemas filosóficos e científicos.

Enquanto os escravos e trabalhadores da aldeia cuidavam do abastecimento, as classes superiores da sociedade: militares, administradores e sacerdotes tratavam da política, da administração, da filosofia, das ciências nascentes e das artes.

Enquanto muitos cuidavam dos campos e do abastecimento, outros desfrutavam de lazer e tranquilidade para contemplar os céus e criar a astronomia e a geometria.

É claro que, com esta especialização nas diversas classes da sociedade, houve um extraordinário ganho em produtividade e eficiência. Tudo isto contribuindo para o enriquecimento

geral da sociedade e, particularmente, dos indivíduos situados em classes superiores.

Portanto, a evolução histórica nos mostra que o estado de pobreza, assim como o estado de nudez, é a condição natural do homem; embora não a definitiva nem a inelutável.

Vericamos, ainda, que o enriquecimento depende, preponderantemente, da criação e aperfeiçoamento da tecnologia de produção; isto é, do aprendizado, da busca e o encontro de melhores formas de produção ou organização econômica das sociedades humanas.

A realização de poupanças, bem como a formação do capital, resultam muito mais do aperfeiçoamento tecnológico e dos excedentes de produção por ele criados, do que da chamada "mais-valia" ou exploração do homem pelo homem, de que nos falam os marxistas.

2 CAUSAS DA POBREZA NO BRASIL

O Brasil não pode, hoje, ser classificado como país subdesenvolvido.

Temos um grande parque industrial, capaz de competir internacionalmente em diversos setores, tais como, na construção de navios; de determinados tipos de aviões; de armamentos modernos; de automóveis, tratores e máquinas e ferramentas.

Nossas populações já são preponderantemente urbanas, como acontece em todos os grandes países desenvolvidos.

Temos magníficas cidades, onde vive, basicamente, uma população de classe média.

Contamos com 12 milhões de automóveis, 15 milhões de televisores, a maioria coloridos, além de 30 milhões de geladeiras e aparelhos de som. Tudo isso indica a existência de uma grande classe média, da ordem de uns 40 a 50 milhões de habitantes.

Portanto, uma "nação" do tamanho da França vive no Brasil, e não é mais uma nação pobre.

Depois temos os pobres, que vivem nas cidades e no campo, e que devem andar por outros 40 ou 50 milhões.

E, finalmente, temos os paupérrimos, aqueles indivíduos que vivem em situação de pobreza absoluta, de miséria total, constantemente ameaçados pela fome e pelo desabrigo. Estes vivem nas favelas das grandes cidades ou dispersos pelas florestas e pelos campos. São os bóia-frias, os coletores das florestas, os caipiras pobres, doentes e analfabetos.

Portanto, vivemos num país complexo, que apresenta todos os graus de civilização; desde a idade da pedra até a idade do átomo.

Para bem compreendê-lo e para chegar a um correto diagnóstico de seus males, devemos lembrar as suas peculiaridades.

Antes de mais nada, precisamos dividi-lo em regiões, considerando a imensidão de seu território, as origens de seus povos, e os diferentes estágios de seu desenvolvimento econômico e social.

As populações primitivas que habitam a região amazônica, de origem indígena, permanecem em estado de pobreza semi-selvagem; de povos coletores que ainda não se engajaram à sociedade moderna e industrial existente no centro-sul do país.

Trata-se de população rarefeita, disseminada pela extensa "Hiléa Amazônica", a região da floresta equatorial, onde o homem europeu, de clima frio, tem dificuldades para sobreviver e progredir.

O calor e a umidade excessivos fizeram com que as correntes migratórias que contribuíram para a ocupação do Brasil, se dirigissem para o litoral e para o sul do país, não povoando significativamente a floresta equatorial. Lá continuaram a viver os índios e seus descendentes, caboclos, mestiços; portanto adaptados à região. Uma grande maioria em situação de pobreza primitiva.

Devido ao fato da floresta e dos rios oferecerem alimentos em abundância a estes povos coletores, através da caça e da pesca, trata-se de população pobre, porém, robusta e bem alimentada, geralmente.

Como o clima é quente, não se faz necessário o uso de roupas ou agasalhos, e a população vive quase nua, como seus antepassados indígenas.

A região amazônica porta uma população pequena, mas com abundância de recursos naturais; e não se constitui em "área problema".

Os problemas maiores são os humanos, ali onde existem grandes populações, como é o caso da região nordestina.

3 CAUSAS DA POBREZA NO PARANÁ

Do ponto de vista étnico, o Paraná é um Estado branco.

A porcentagem de índios e negros em nossa população é relativamente pequena.

Mesmo assim, são estes povos primitivos que aparecem, predominantemente, entre a classe mais pobre da sociedade paranaense.

Nossas favelas são escuras. Existe um flagrante contraste entre a cor da pele das pessoas que vivem nas cidades paranaenses e a da população de suas favelas. Isto fica evidente logo ao nosso primeiro contacto com os favelados.

Sem dúvida existem favelas de população mais clara e outras mais escuras. Por exemplo, a Favela do Valetão ou da Vila Guaíra, visitada por nós, tem a população acentuadamente mais negra do que a favela da "Serra Pelada", na Cidade Industrial de Curitiba. Mas, em ambas existe a preponderância de indivíduos escuros ou morenos.

As populações de origem européia, de primeira, segunda ou terceira gerações, tornam-se raras nas favelas. Encontramos

algumas poucas famílias de origem espanhola, alemã e polonesa em "Serra Pelada". Porém, o que é mais notável de observar-se, é que tais famílias apresentam um padrão de vida mais elevado e são considerados "os ricos da favela". Moram em casas melhores, têm eletrodomésticos e, às vezes, até dispõem de um "calhambeque" ou carro velho a seus serviços.

Nestes casos, o enfavelamento de tais famílias exigiriam estudo especial, que não nos foi dado fazer em profundidade.

Acreditamos que estes indivíduos vieram para a favela de outras pequenas cidades, já com alguns recursos, e estão transitoriamente na favela, aguardando oportunidade para deslocarem-se para lugares melhores, em bairros da cidade e em casas a serem oferecidas pelo Sistema Financeiro de Habitação.

As populações liberadas dos campos para as cidades, chegam com a esperança de uma vida melhor.

A agricultura moderna, mecanizada e eficiente, libera constantemente uma grande quantidade de mão-de-obra em regiões dinâmicas como o Paraná.

Não se trata de "expulsão do campo", como dizem alguns autores de formação marxista. Trata-se de uma liberação de mão-de-obra de um setor onde ela vem se tornando excessivamente abundante, pela modernização da agricultura e também por serem, as famílias rurais, extremamente prolíferas.

É a lei de Colin Clark- economista australiano- que se verifica plenamente entre nós, aqui no Paraná e em muitas regiões do Brasil.

Colin Clark estudou este fenômeno desde a época da Revolução Industrial Inglesa, e na história econômica de todos os países que se desenvolveram. Em todas elas verifica-se este deslocamento de pessoas do campo para as grandes cidades industriais.

A Lei de Colin Clark pode ser assim enunciada: havendo industrialização, haverá, simultaneamente, um processo de urbanização.

A industrialização exige mais mão-de-obra nas cidades.

A mecanização da agricultura libera mão-de-obra no campo.

Estes dois fenômenos inversos harmonizam-se, perfeitamente, para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Todos os países, hoje desenvolvidos, apresentam uma pequena parcela de sua população não urbanizada, ainda isolada no campo.

Os Estados Unidos é o melhor exemplo disso. Sua população não urbanizada é de menos de 4% sobre o total da nação americana. Nos países europeus altamente desenvolvidos e no Japão, acontecem fenômenos semelhantes.

Não poderemos, portanto, sem sermos retrógrados, procurar fixar nossas populações no campo.

Devemos permitir o livre fluxo entre o campo e as cidades, de acordo com as leis do mercado de trabalho e com os melhores princípios da sociologia e da economia política modernas.

Claro que o enfavelamento resulta da não absorção imediata das populações migrantes. Constitui-se, por vezes, em sério problema para as autoridades municipais e também para as populações urbanas pré-existentes. Mas é um problema inevitável: efeito e causa do surgimento de uma sociedade industrial; e que deve ser enfrentado com um planejamento racional e com recursos provindos de várias origens, municipais, estaduais e federais.

Trata-se de um fenômeno que interessa a toda a Nação, e que não pode ser resolvido, satisfatoriamente, apenas pelas autoridades locais.

4 VALORES CULTURAIS

Quando as primeiras caravelas chegaram ao Brasil e se defrontaram com as pirogas dos índios, tornou-se evidente a superioridade tecnológica e cultural do povo europeu, representado pelos portugueses, sobre os povos indígenas habitantes das novas

terras descobertas.

Traziam os luzos uma herança cultural milenar, oriunda do passado greco-romano, passando pela Idade Média e pela Renascença.

Quanto aos índios, encontravam-se ainda na era neolítica: não conheciam nem a roda, nem a moeda; inventos fundamentais ao progresso econômico e social.

Posteriormente, vieram os negros. Povos também primitivos, em estágio cultural semelhante ao dos nossos indígenas.

Estes dois povos, em competição com a civilização dos imigrantes europeus, levaram uma enorme desvantagem.

Seus "valores culturais" eram outros. Eles até hoje não conseguiram adaptar-se perfeitamente à civilização industrial, que para cá trouxeram os europeus.

Por outro lado, o longo período de escravidão a que foram submetidas as populações negras no Brasil, contribuíram para perpetuar o atraso cultural dessas etnias e as grandes deformações nocivas, em suas mentalidades. O negro, entre nós, passou a ser dependente do branco. Esta condição de dependência, embora tivesse grandes inconvenientes para o negro, trazia algumas vantagens imediatas, fazendo com que eles não tivessem preocupações com o futuro e não precisassem entrar em competição.

O senhor de escravos deveria garantir-lhes a subsistência, o trabalho e o amparo até o fim de suas vidas.

Isto acentuou o amolecimento do caráter do povo negro; sua disposição de luta pela vida ficou enfraquecida; sua adaptação a uma sociedade livre e competitiva ficou extremamente dificultada. Seus valores culturais passaram a não ser os mesmos dos brancos.

Difícilmente, numa família negra, até hoje, nós vemos os pais estimularem os filhos para o estudo, para o trabalho criativo, para a auto-confiança da realização pessoal.

Somando-se a estes fatores negativos, existiu e ainda existe a discriminação entre brancos e negros: o preconceito na alma dos brancos e até de muitos pretos, de que a raça negra é inferior.

Em virtude de tais preconceitos existe uma relativa desigualdade de oportunidades entre negros e brancos. É muito mais difícil para o negro arranjar um bom emprego ou oportunidade de estudo, do que para o branco.

O resultado final é que os negros, mesmo libertos, ficaram relegados ao trabalho braçal, às tarefas mais penosas e menos nobres.

Permaneceram mergulhados na pobreza, que gera a criminalidade, as doenças e todas as desgraças humanas.

A população universitária brasileira, no centro-sul do país, é composta fundamentalmente de brancos. É raro ver-se um negro nos bancos universitários.

Generais pretos, acho que não temos nenhum.

Empresários, poucos.

Bispos pretos, apenas cinco.

Cardeal, nenhum.

E a nossa população negra é muito grande. Se houvesse proporcionalidade, deveríamos ter muitos cardeais, doutores e generais negros.

Mas onde estão os negros?

Estão nos trabalhos braçais. Estão nas penitenciárias. Estão nas favelas das grandes cidades.

Salvam-se, apenas, os artistas e desportistas negros, que são excelentes.

Trata-se de uma etnia marginalizada em nossa sociedade.

No Brasil, felizmente todos são iguais perante a lei.

Mas, na realidade, formou-se uma casta escura nas bases da Nação.

A raça negra, no Brasil, saiu do regime de escravidão

para cair no "círculo vicioso da miséria", da qual ainda não conseguiu libertar-se; embora já se tenham passado quase cem anos.

Não porque o negro seja uma raça inferior, biologicamente. Mas sim porque não conseguiu sucesso na competição com povos de civilização milenar, como os portugueses, espanhóis, alemães, italianos e japoneses, que vieram para o Brasil.

Tanto os índios brasileiros como os negros africanos, ambos povos em primitivo estágio de desenvolvimento social, sofreram o choque de civilizações. "Choque cultural", em que levaram grandes desvantagens. Sendo, por isso, relegados a uma situação de marginalidade social e econômica.

Os pobres, no Brasil, são, na grande maioria, oriundos das populações indígenas ou negras. São povos que ainda não se adaptaram ao sistema capitalista; extremamente competitivo; e à civilização industrial, hoje vigentes em nosso país.

Por outro lado, os ricos no Brasil são de origem européia. Principalmente alemães, italianos e ibéricos. Estas informações podem ser comprovadas por dados estatísticos e pesquisas sobre as origens étnicas das classes sociais no Brasil.

Nos Estados Unidos, pesquisadores da Universidade de Stamford, chegaram a conclusões semelhantes sobre as populações Norte-Americanas. Lá, as classes mais altas, hoje, são preponderantemente de origem asiática e, a seguir, européia. As classes mais pobres são de origem indígena e negra.

Pretendemos aprofundar estes estudos em relação ao Estado do Paraná e ao Brasil. Mas já temos informações suficientes para estas conclusões preliminares: nossos povos de origem indígena ou negra encontram-se marginalizados, em relação às populações de origem européia.

É claro que a miscigenação e as misturas étnicas dificultam estes estudos. Mesmo assim, transparece a evidência do fenômeno: os povos de cultura primitiva perderam terreno na R.Econ., Curitiba, 14(12):21-49, 1987.

competição pelas lideranças na sociedade brasileira e na disputa por uma parcela maior da renda nacional.

Gerou-se uma desigualdade de origem étnica.

Os programadores do desenvolvimento econômico nacional, ao elaborarem seus planos de erradicação da pobreza, deverão levar em conta esta realidade.

As populações européias e asiáticas- japoneses, chineses e coreanos- são mais ambiciosas e acreditam mais no progresso pelo trabalho qualificado e pelo estudo.

As populações primitivas são levadas a acreditar que todos os ricos são ladrões e que por isso enriqueceram, como proclamam algumas lideranças intelectuais despreparadas. Que ninguém fica rico através do trabalho. Só se fica rico roubando, ganhando no "jogo-do-bicho" ou na loteria. "É a sorte e a safadeza que trazem a riqueza..."

Enquanto esta mentalidade não for mudada pela educação, será difícil elevar as referidas etnias na escala social, e libertá-las da miséria em que vivem.

Pesados investimentos em educação e assistência social se fazem necessários.

As populações de origem primitiva, africana e indígena, no Brasil, precisam de um tratamento prioritário; para que se possam libertar do "círculo vicioso da pobreza absoluta", em que caíram.

5 A PESQUISA NAS FAVELAS

5.1 Razões

a) Em 1958, no curso da CEPAL, no Rio de Janeiro, nós aprendemos que o Êxodo Rural, segundo estudos do economista australiano Colin Clark, é um fenômeno que sempre se verifica em uma nação que inicia um processo de industrialização. Ele estudou o fenômeno desde a Revolução Industrial Inglesa e sempre

R.Econ., Curitiba, 14(12):21-49, 1987.

verificou a tendência do deslocamento de população do campo para as cidades.

A razão disso é fácil de ser compreendida: as populações rurais costumam ser mais prolíferas que as populações urbanas; começa a faltar terra para as novas gerações. Quando as cidades surgem, com atividades comerciais, industriais e de serviços, começam a oferecer oportunidades de emprego para as populações pauperizadas do campo. Estas, então, são atraídas pelas oportunidades dos centros urbanos.

Este processo acentua-se pela mecanização das atividades agrícolas. As cidades industriais começam a produzir, em grande quantidade, equipamentos agrícolas, máquinas, tratores, ceifeiras, debulhadeiras, e outras. Com isso, é liberada mão-de-obra no campo. O desemprego se agrava na zona rural. A única saída, mesmo, é buscar refúgio nas cidades. Assim, obedecendo o princípio hedonístico, as populações deslocam-se, aceleradamente, para as cidades. Quando a cidade mais próxima está em expansão econômica, oferecendo muitos empregos, este processo é extraordinariamente benéfico para a nação, pois permite, ao mesmo tempo, abastecer a cidade de mão-de-obra e aliviar o campo de seus excedentes populacionais.

A intenção, ao projetarmos nossa pesquisa, era a de verificar como este fenômeno estava a processar-se no Paraná; suas conseqüências benéficas e seus problemas- pois, sem dúvida, tal deslocamento, quando se processa em ritmo muito acelerado, produz distorções sérias, tais como os grandes enfavelamentos, e a não absorção da totalidade da mão-de-obra deslocada para as cidades.

b) Mas havia ainda um outro fenômeno de natureza econômico-social a preocupar-nos: - por que a população favelada é tão escura num Estado de população preponderantemente branca como o Paraná?

Certa vez, ao observarmos a abertura de uma valeta para colocação de canos de esgoto em nosso bairro, em Curitiba, verificamos que todos os homens que manejavam pás, enxadas e picaretas eram negros... -Por que aquela concentração de pretos num trabalho tão rude? -Será que a Prefeitura de Curitiba tem preconceitos raciais e coloca os negros nos piores serviços?

Não. Tudo indicava que as razões eram outras.

O que acontecia, provavelmente, é que aqueles trabalhadores pretos eram os que se ofereciam para aquele tipo de trabalho; e também, talvez, porque fossem mais robustos.

Desde o nosso passado colonial até hoje, são às populações mais primitivas, de índios e negros, que se reservam os serviços braçais, as tarefas mais duras na construção civil e de infra-estrutura, para o desenvolvimento econômico desta Nação.

A fim de constatar o que poderia haver por trás destes fenômenos e verificar até que ponto eles são maléficos ou benéficos para o progresso econômico e social do Estado do Paraná, foi que iniciamos a nossa pesquisa.

6 A FORMAÇÃO DE FAVELAS

Cada favela tem a sua própria história. Nem todas se formam da mesma maneira. Algumas se vão formando lentamente, outras, rapidamente, como é o caso da favela da Cidade Industrial ou "Nova Barigui", cuja evolução está muito bem descrita em trabalho de pesquisa realizado pela Prefeitura de Curitiba, através de seu órgão oficial que administra a Cidade Industrial.

Mas a tendência geral é que as populações faveladas têm origem campesina, em sua maioria. Resultam elas do chamado "êxodo rural", já referido, e também da falta de oportunidades de emprego nas pequenas localidades do interior.

Poderemos, então, generalizar, dizendo que a família favelada veio do interior ou do campo, em busca de emprego, de tratamento de saúde, ou de escola para os filhos. Por falta absoluta de recursos, acampou na favela, em caráter provisório. Seu objetivo costuma ser o de arranjar emprego ou curar-se de suas doenças e, depois, mudar-se para um lugar melhor, fora da favela.

Portanto, o homem vem do interior para as grandes cidades com o objetivo de melhorar de vida.

E muitos realmente acabam realizando este sonho. Nem todos ficarão definitivamente na favela.

Para comprovar esta tese, não existem estudos objetivos, nem nossa pesquisa foi suficientemente ampla e profunda para determiná-la. Porém, é fácil concluir-se que tal realmente acontece. Basta que consideremos o número de pessoas que imigraram para as cidades nos últimos anos, e quantas delas permanecem nas favelas.

Pelo estudo das estatísticas disponíveis, nos últimos vinte anos, cerca de trezentas e cinquenta mil pessoas dirigiram-se para Curitiba, vindas do campo e pequenas localidades do interior.

Provavelmente, deste número, pelo menos uma duzentas mil pessoas, por absoluta falta de recursos, foram acampando na periferia da Cidade, formando favelas ou ocupando barracos já existentes.

Acontece que a população favelada de Curitiba é muito menor, devendo situar-se em torno dos cinquenta mil indivíduos. Logo, muitos dos que vieram do interior, e acamparam, inicialmente, nas favelas, já não se encontram mais lá. Melhoraram de vida. Mudaram-se para casas e bairros melhores. Foram assimilados pela vida urbana e industrial da cidade grande.

É claro que devemos considerar, ainda, que muitos morreram. Mas, também, outros nasceram nas favelas, durante este período.

De qualquer maneira, deve ter havido um processo intenso de incorporação das famílias camponesas à população urbana, tendo a favela como intermediária.

Se não houvesse tal incorporação, o número de favelados seria, pelo menos, quatro vezes maior.

A família rural chega à cidade quase sempre despreparada para a vida urbana.

A civilização é filha das cidades. O homem do campo é, geralmente, rude e ignorante. Trabalhador braçal, na maioria sem profissão definida e sem qualquer qualificação para o trabalho nas indústrias e nos serviços que são oferecidos nas cidades.

Para melhorar de vida terá que aprender uma profissão. E, os mais ativos e inteligentes, logo começam a aprender. Iniciam-se como engraxates, catadores de papel, serventes de pedreiro e, depois, passam a pedreiros, carpinteiros, eletricitas, vendedores ambulantes e comerciantes. E, assim, vão aumentando sua renda e ascendendo na escala social.

Com as mulheres também acontece um processo de aperfeiçoamento de costumes e preparação para o trabalho.

A mulher favelada, vinda do interior, geralmente é precária dona de casa. Costuma ter prole numerosa, mas não sabe cuidar bem de seus filhos, pois desconhece princípios de higiene e educação.

Por estas razões, e pela escassez de alimentos e agasalhos, a mortalidade infantil é muito elevada nas favelas.

A mulher favelada não apresenta condições de empregar-se como doméstica no seio de uma família urbana de classe média ou rica.

Isto porque seus hábitos, sua timidez, seu desconhecimento do asseio corporal e das boas maneiras, a tornam elemento perturbador e indesejável no meio de tais famílias.

Ela precisará, primeiro, melhorar um pouco sua aparência e seus hábitos, para depois poder ser admitida como empregada doméstica, como cozinheira, copeira ou babá, melhorando, assim, significativamente, a sua renda familiar.

A demanda por empregadas domésticas é muito grande numa cidade como Curitiba. Se as mulheres faveladas apresentassem condições de qualificação para desempenharem tais funções, estariam todas empregadas. E isto lhes seria muito benéfico, não apenas do ponto de vista econômico, mas também com relação ao aspecto cultural.

A mulher campestre, ao ser admitida como doméstica por uma família urbana, inicia um processo de aperfeiçoamento cultural. Ela começa a civilizar-se, a adotar os costumes das famílias urbanas, mais refinados, em que as mulheres cuidam muito bem da aparência, dos dentes, da saúde e da higiene.

E acaba levando tais hábitos para sua família, para seu marido e para a educação de seus filhos.

Ao empregar-se junto a uma família urbana, geralmente, além de alimentar-se melhor e de abrigar-se em uma residência mais confortável ou mesmo luxuosa, a mulher favelada passa a ter um novo sistema de vida, mais sofisticado, que a tornará física e mentalmente diferente. As mais inteligentes mulheres faveladas costumam seguir tal caminho.

Este aperfeiçoamento será por elas transmitido a seus familiares, contribuindo para que também a sua vá se tornando uma família urbana, assimilando a cultura citadina.

O "efeito de demonstração" que se gera pela presença e hábitos das famílias de classe média ou ricas desencadeiam no espírito destas pessoas, antes simples e pobres, oriundas do campo, a ambição e o desejo de possuírem bens materiais, para satisfazerem suas crescentes necessidades culturais ou relativas.

Verifica-se, assim, pelos contatos culturais e pelo

"efeito de demonstração", um acelerado processo de transformação das famílias campestres e faveladas, que acabará por levar a grande maioria delas à plena integração à vida urbana, com significativa elevação de seu padrão de vida.

Assim sendo, fica mais uma vez demonstrado que o fenômeno do êxodo rural é progressista e serve, ao mesmo tempo, aos interesses do campo e das cidades.

Do campo, porque absorve seus excessos populacionais, e das cidades porque supre as necessidades de mão-de-obra das indústrias nascentes e dos diversos serviços urbanos.

Pelo que nos foi dado verificar, a população favelada não é composta por indivíduos inativos ou ociosos.

Prepondera na favela o trabalhador não qualificado, que realiza, na cidade, os serviços mais simples. Mas quase todos trabalham. A porcentagem de indivíduos totalmente ociosos é muito pequena e situa-se em torno de oito por cento. Este é, aproximadamente, o número de marginais das favelas, que vivem de esmolas, de furtos, ou são dependentes de algum membro da família que trabalha. Há ainda, na favela, um pequeno número de indivíduos que está prostrado para morrer. São pessoas solitárias, doentes ou ébrias, em avançado processo de degeneração física e mental, que permanecem mais ou menos abandonadas, aguardando a morte.

Os problemas gerados pelo enfavelamento devem ser considerados como temporários. desde que as cidades sejam suficientemente dinâmicas para absorverem as levadas de populações vindas do campo, e que haja, nas cidades, um sistema de triagem e recebimento dessas populações por parte das prefeituras e governos estaduais, e mesmo federal.

Toda a assistência sanitária, educacional e habitacional, deve, pois, ser garantida aos favelados.

O argumento negativista de que isto contribuiria para uma aceleração do êxodo rural, por significar atrativo maior

para os pobres do campo, não é totalmente válido.

Isto porque são vários os fatores que determinam o êxodo rural e que continuarão existindo, haja ou não assistência social às populações faveladas.

7 O QUE FOI FEITO:

Foram visitadas três favelas do Município de Curitiba: Vila Pinto (Capanema); Nova Barigui (Cidade Industrial); e Valetão (Vila Guaíra).

Coleta de dados pelo sistema de amostras aleatórias. Entrevistadas 191 famílias ou 978 indivíduos, correspondendo a 8% do universo pesquisado, aproximadamente.

8 CONCLUSÕES PRELIMINARES:

- a) O homem vem do campo, das vilas ou pequenas cidades, em busca de emprego e de melhores condições de vida.
- b) Geralmente ele encontra nas cidades dinâmicas e industrializadas, como Curitiba, oportunidades de emprego, elevação de seu padrão de vida e promoção social.
- c) Acampa inicialmente na favela, de onde pretende sair assim que tiver oportunidade. Mas não para voltar para o campo.
- d) A favela abriga muitos trabalhadores de baixa qualificação profissional. Mas tem poucos mendigos e desocupados (cerca de 8%).
- e) A família favelada conta, em média, com 5 ou 6 pessoas.
- f) A família favelada é, geralmente, escura. Sua composição étnica compreende, preponderantemente, negros, mulatos e caboclos. Nela é menor a presença de

indivíduos de origem européia; nula a de origem asiática.

- g) A família favelada vem do campo devido, em parte, à mecanização e modernização da agricultura, que libera mão-de-obra não qualificada.
- h) A expressão expulsão da terra não é correta. A grande maioria dos favelados nunca teve terra. Não eram proprietários. Eram assalariados agrícolas, agregados ou meeiros. Os poucos que possuíam terras, venderam-nas e vieram tentar a sorte na cidade.
- i) O homem que vem do campo para as cidades não piora a sua situação. Ele já era muito pobre no campo. Muitas vezes tal situação melhora, devido às melhores oportunidades de emprego, educação, assistência médica, convívio social e lazer, existentes na cidade.
- j) A grande vantagem da favela é que nela quase ninguém paga aluguel: 99,4% de seus habitantes não paga aluguel.
- l) As famílias faveladas podem ser classificadas como muito pobres, pois 91,6% de seus habitantes ganham até 2(dois) salários mínimos.
- m) A alimentação da maioria dos favelados costuma ser insuficiente, com grande carência de proteínas animais.

9 AS FAVELAS E A QUESTÃO ÉTNICA - CONCLUSÕES

- 1º) O negro não é uma raça inferior, mas uma etnia marginalizada.
- 2º) O negro pode integrar-se à civilização industrial, como provam alguns grupos que enriqueceram nos Estados Unidos (Relatório Stamford).
- 3º) No Brasil as etnias primitivas estão marginalizadas.

São os favelados, são os mendigos, são os desempregados do campo e da cidade. É raro ver-se um negro em posição superior na sociedade, a não ser como artistas populares ou jogadores de futebol. Quase não há generais, bispos, empresários, deputados, senadores ou ministros, professores ou cientistas pertencentes a essa etnia.

4º) As causas de tal situação de marginalidade social são várias. Dentre elas destacamos:

a) Os valores culturais: Os negros brasileiros originam-se de tribos selvagens africanas, que há cerca de duzentos anos viviam ainda na idade da pedra polida. A seguir, passaram a escravos dos brancos portugueses e brasileiros, tornando-se deles dependentes; não estimulando as funções criadoras do ser humano nem a iniciativa própria e o espírito empresarial, tão necessários à competição existente em sistemas econômicos modernos, industriais, capitalistas. Não desenvolveram, os nossos negros, a auto-confiança de que poderão enriquecer pelo trabalho, pela organização de empresas, pelo estudo, pelo esforço próprio. Nas famílias negras das favelas, predomina o espírito de conformismo com a miséria ou de frustração; culpando-se a exploração capitalista pela pobreza reinante.

Predomina, ainda, entre as populações faveladas, a idéia de que rico não se mistura com pobre; de que seus filhos e filhas não devem sonhar casarem-se como moças e moços ricos; devem casar-se com seus iguais, pobres também. Este é mais um fator de perpetuação da pobreza em tais famílias.

Por tudo que temos observado nas favelas, entre as famílias negras ou mulatas, é que a mentalidade

destas populações as impede de participarem com sucesso da competição no mercado de trabalho, e na disputa por um mais elevado padrão de vida. Não se trata, portanto, de inferioridade racial, mas sim, de atraso cultural. Estes povos, ainda primitivos, vindos das selvas, e da escravidão relativamente recente, não conseguem integrar-se na sociedade moderna, que é extremamente competitiva. São povos inocentes. Com mentalidade semelhante à dos coletores.

- b) A desigualdade de oportunidades, em desfavor do negro. Os patrões brancos, por razões diversas ou por preconceito, preferem os brancos ou os asiáticos. Razões imaginárias ou preconceituosas levam o negro a ser preterido. Assim sendo, muitos patrões alegando necessidade de boa aparência e outras, que dependem de avaliações subjetivas, acabam por preferir os brancos.

Somente o fato de nascer em uma favela; de não ter satisfatórias oportunidades de fazer um curso de primeiro e segundo grau, já estabelecem uma condição de séria inferioridade na competição por uma vida melhor, seja para negros ou para brancos. Mas isto é ainda mais grave para os negros.

- c) Como decorrência da falta de oportunidades de instrução na infância e na adolescência, as portas das demais oportunidades estão fechadas para os negros. Eles não conseguem, geralmente, aprovação nos rigorosos vestibulares. Não por falta de inteligência, mas por despreparo. Nas regiões de população preponderantemente branca, como é o caso do Paraná, temos uma população acadêmica quase exclusivamente branca. A porcentagem de negros é

insignificante, muito menor do que seria de se esperar, caso consideremos o número de pretos existentes em nosso estado. Assim, se nossa população negra chega a 10% (não sabemos ao certo), a população universitária negra não chega a 2%. Já nas favelas e nas profissões inferiores, esta porcentagem se inverte. Passam a predominar os pretos e escuros, em geral.

É o "círculo vicioso da pobreza", com suas seqüelas, que se faz presente.

10 DECLARAÇÃO FINAL

Abominamos todas as formas de discriminação; os preconceitos e a segregação racial.

Achamos que medidas imediatas e de longo prazo devam ser tomadas para que não se forme no Brasil uma casta escura nos estratos inferiores de nossa sociedade, como acontece na Índia.

O remédio será promover-se uma efetiva igualdade de oportunidades de ensino, de alimentação básica e de empregos, para todos os cidadãos brasileiros.

Investimentos em tais setores devem ser considerados prioritários.

Defendemos, ainda, um tratamento penal especial, com programa efetivo de educação, instrução e recuperação, para criminosos de origens primitivas e que, em verdade, nunca chegaram a compreender como as sociedades modernas estão organizadas. As penas para estes indivíduos devem ser suavizadas, como já acontece para com os nossos índios, que nem têm responsabilidade penal e são tutelados pela Nação.

No Brasil existem pessoas que não respeitam o direito de propriedade porque nem sabem o que é isto. Porque não R.Econ., Curitiba, 14(12):21-49, 1987.

entendem a importância da instituição da propriedade privada para o progresso e para a estabilidade dos sistemas econômicos e sociais modernos.

Nós encontramos a confirmação desta tese, de Direito Penal, lendo os trabalhos do ilustre criminalista paranaense, Prof. Renê Ariel Dotti, onde ele menciona os casos de criminosos e contraventores que, pelo seu primarismo e ignorância, praticam crimes por desconhecerem a existência da lei.

SUMMARY

The present study attempts to determine the causes of poverty in Paraná and Brazil.

Marxism explains the phenomenon of poverty and conversely, that of capital accumulation, by means of the surplus-value theory, whereby capitalists enrich by taking away the surplus of production generated by labourers. In this process of "exploitation of man by man", some would become very rich and others extremely poor.

Although admitting that there have always been some forms of exploitation, we do not believe that so complex a phenomenon as that of poverty and enrichment of nations may solely be the result of the so called "capitalist exploitation".

Both enrichment and persistent poverty are, in our understanding, resulting of a historical process in which several determinant factors are present and interacting. Among such factors, the appearance of new production technologies grounded on scientific discoveries and on a more rational organization of human societies may be stressed.

The problem of slums and rural exodus, and the question of richer and poorer ethnical groups in Brazil are also considered, in a study similar to one made by researchers of the University of Stanford in relation to the United States of America.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CASTRO, Cláudio de Moura. O preço da cor: Diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil; comentário. Pesq. Planej.Econ., 10(3):1001-6, dez. 1980.
- 2 COMTE, Augusto. Opúsculo de filosofia social. São Paulo, Globo, USP, 1972.

- 3 CURITIBA. Prefeitura Municipal. Pesquisa sobre a favela da cidade industrial - Nova Barigüi. Curitiba, 1980.
- 4 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. Pesquisa sobre os "Boias Frias"; pesquisa sobre deslocamentos das populações rurais do Paraná. Curitiba, 1980.
- 5 FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 13.ed. Brasília, Ed.UnB, 1963.
- 6 PERNETA, Augusto Beltrão. Filosofia primeira. Rio de Janeiro, Laemert, 1957.
- 7 SILVA, Nelson do Valle. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil - réplica. Pesq. Planej.Econ., 10(3):1007-11, dez. 1980.

FONTES:

Estatísticas de FETAEP e do IPPUC

PLANILHA

CONSOLIDAÇÃO DE DADOS DAS TRÊS FAVELAS DE CURITIBA

(01) FAVELA DO PINTO (CAPANEMA).....251 moradores
 (02) NOVA BARIGUI (CIDADE INDUSTRIAL).....390 moradores
 (03) FAVELA DO VALETÃO (VILA GUAÍRA).....337 moradores

TOTAL.....978 moradores

PERGUNTAS	-01-	-02-	-03-	%
Número de pessoas na família?	48 entrevistados Média: 5 pessoas.	86 entrevistados Média: 5 pessoas	57 entrevistados Média: 6 pessoas	
Porque veio para a favela ?				
a) Busca de emprego	28	58	12	51,3%
b) Saúde	15	02	06	12,0%
c) Educação	00	00	00	00,0%
d) Expulsão da terra	00	01	02	1,5%
e) Outros motivos	05	25	35	34,1%
f) Nada	00	00	02	1,1%
De onde veio?				
a) Do campo	34	33	03	37,0%
b) Vilas (povoados)	00	03	00	1,5%
c) Cidades pequenas	08	09	29	24,3%
d) Cidades grandes	02	02	03	3,7%
e) Outros estados	01	10	09	10,6%
f) Município local	03	28	10	21,2%
g) Nada	00	00	03	1,7%

O que fazia ?				
a) Agricultor	35	38	25	51,3%
b) Operário	09	27	02	19,9%
c) Coletor	01	00	00	0,5%
d) Outros	03	21	26	26,2%
e) Nada	00	00	04	2,1%
O que faz agora ?				
a) Operário	19	56	01	18,6%
b) Biscateiro	06	04	07	12,1%
c) Juntador de papel	11	01	09	15,0%
d) Servidor público	00	01	07	5,7%
e) Domésticos	00	06	12	12,9%
f) Outros	12	17	15	31,4%
g) Nada	00	00	06	4,3%
Renda familiar ?				
a) 1 salário mínimo	28	50	24	53,4%
b) 2 salários mínimos	18	17	13	25,1%
c) 3 salários mínimos	02	09	03	7,4%
d) 4 salários mínimos	00	01	01	1,0%
e) Inferior a 1 mínimo	00	09	12	11,0%
f) Nada	00	00	04	2,1%
Nº de pessoas por família que trabalham				
a) 1 pessoa	28 fam	62 fam	30 fam	62,8%
b) 2 pessoas	10 fam	17 fam	16 fam	22,5%
c) 4 pessoas	10 fam	02 fam	09 fam	11,0%
d) Nenhuma pessoa	00 fam	05 fam	02 fam	3,7%

Paga aluguel ?				
a) SIM	01	03	01	2,6%
b) NÃO	47	83	56	97,4%
Bebe água limpa ?				
a) SIM	48	58	53	83,2%
b) NÃO	00	28	04	16,8%
Come carne ?				
a) diariamente	02 fam	07 fam	05 fam	8,0%
b) Uma vez por mês	00 fam	15 fam	08 fam	13,0%
c) Mais vezes por mês	34 fam	15 fam	11 fam	34,1%
d) Nunca come	02 fam	09 fam	07 fam	10,2%
e) Às vezes	10 fam	25 fam	26 fam	34,7%
Tem rádio e/ou TV ?				
a) Rádio	21 fam	54 fam	16 fam	43,8%
b) TV	12 fam	13 fam	03 fam	15,1%
c) Os dois	00 fam	00 fam	19 fam	10,3%
d) Nenhum	15 fam	23 fam	19 fam	30,8%
Origem étnica (cor-descendência)				
a) Européia	00 fam	14 fam	07 fam	10,9%
b) Cor branca	01 fam	36 fam	16 fam	27,6%
c) cor negra/mulata	04 fam	11 fam	07 fam	11,5%
d) Morena/parda (caboclo/índio)	44 fam	34 fam	18 fam	50,0%

FOZ DO IGUAÇU: IDÉIAS INICIAIS SOBRE A FORMAÇÃO
DE UM COMPLEXO TURÍSTICO-EXPORTADOR

CÁSSIO FREDERICO CAMARGO ROLIM

Prof. do Depto. de Economia da
UFPR

1 INTRODUÇÃO

Em trabalhos anteriores¹ já foi salientado que a rede urbana nacional presente no estado do Paraná possui centros diretamente vinculados à grande economia urbano-industrial do país, é o caso da Região Metropolitana de Curitiba, e outros cuja vinculação imediata ocorre com as atividades regionais ligadas à agropecuária, como é o caso de Londrina e Maringá. Foi dito também que Foz do Iguaçu não se enquadrava nessas categorias e merecia um estudo especial. Procurar-se-á, agora, iniciar uma série de trabalhos para cobrir essa lacuna.

A cidade de Foz do Iguaçu apresentou um crescimento acelerado nos últimos 10/13 anos. O que era pouco mais que um simples vilarejo, hoje aparece como um centro dinâmico com cerca de 150.000 habitantes e com uma infra-estrutura que poucas cidades do Brasil possuem. A explicação para isso é bastante simples: ali foi o palco da construção de uma das maiores obras de engenharia do mundo - a hidrelétrica de Itaipú. No entanto, essa

¹ ROLIM, Cássio F. Camargo. Alguns aspectos econômicos para uma estratégia de desenvolvimento urbano no estado do Paraná. R.Econ.Pesq., Curitiba, 1(1):7-26, 1986.

_____. A população brasileira: crescimento e distribuição espacial nas últimas décadas. R.Econ., Curitiba, 13(10):13-42, 1986.

_____. Subsídios para a elaboração do programa de investimentos na região de Curitiba. Curitiba, COMEC- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, 1987.

explicação é insuficiente para responder a seguinte questão: porque razão a cidade continuou crescendo mesmo após o quase término da obra?

Este texto vai procurar alinhar algumas idéias para a formulação de uma tentativa de resposta a essa questão, as quais são fruto de trabalhos anteriores e de reflexões sobre o tema. Nenhuma delas foi testada empiricamente e conseqüentemente deverão ser entendidas como um primeiro esforço de construção de uma hipótese de trabalho. A hipótese básica é a seguinte: a expansão inicial da cidade foi decorrência da obra, quando esse impulso começava a diminuir, outro acontecimento impulsionava a economia local, eram as exportações em cruzados para o Paraguai; paralelamente o crescimento da infra-estrutura hoteleira permitiu uma expansão do turismo a níveis inimagináveis.

2 A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU

A história do impacto regional das grandes obras de engenharia no Brasil é mais ou menos semelhante, uma grande expansão até o auge da construção e depois um refluxo que acaba por tornar as economias regionais mais fracas do que no período anterior à obra, na medida em que as desorganiza. A imagem é a de uma onda que após a passagem praticamente não deixa resíduo. Isso aconteceu na construção de Ilha Solteira, na Transamazônica e em várias outras obras espalhadas pelo país. Esperava-se que algo semelhante acontecesse com a construção de Itaipu, no entanto o que se verifica é algo bem diferente desse quadro.

Por volta de 1973/1974, Foz do Iguaçu era pouco mais que uma pequena cidade, com os crônicos problemas de infra-estrutura urbana, poucas ruas asfaltadas e uma pequena infra-estrutura turística baseada em hotéis de categoria média (embora já existissem alguns para turismo de luxo). As comunicações eram difíceis, mas mesmo nessa época já existiam vôos regulares em R.Econ., Curitiba, 14(12):51-60, 1987.

aviões a jato e a base econômica da cidade já era o turismo. Era claro a todo mundo que a cidade não teria condições de abrigar todos aqueles que direta ou indiretamente estariam envolvidos com a obra, dessa forma foram realizados grandes investimentos em infra-estrutura que acabaram por promover uma transformação radical na cidade. Em 1978/1979 quem a visitasse novamente pensaria estar em outro local. Foram feitas novas avenidas asfaltadas, surgiram novos bairros, foram melhoradas as telecomunicações, ampliado o aeroporto, enfim, em curto espaço de tempo a cidade recebeu uma quantidade de equipamento que somente conseguiria ter, com recursos próprios, nas próximas décadas de sua existência. Essas obras foram realizadas basicamente com recursos provenientes do Governo Federal, por intermédio do PRODOPAR (Programa do Oeste Paranaense).

Paralelamente a esses investimentos públicos, também foram realizados muitos investimentos privados em especial na construção de hotéis, supermercados, lojas, lanchonetes, restaurantes, etc. O grande volume de gastos públicos estava gerando efeitos multiplicadores de tal magnitude que era praticamente impossível por parte da iniciativa privada investir sem ter garantido rapidamente o retorno desses investimentos. Assim, a massa de salários da população diretamente empregada na obra e a correspondente ao volume das obras de infra-estrutura urbana, estabeleceram as bases para a constituição de um mercado consumidor com proporções sequer sonhadas pelos moradores mais antigos da cidade. Toda essa nova população, que crescia rapidamente, precisava ser abrigada e alimentada, comprar roupas, divertir-se, estudar, etc., possibilitando portanto o sucesso dos investimentos de pequenos e médios empresários privados e, mais importante ainda, dotando a cidade de uma rede hoteleira e turística que ela nunca teria condições de possuir se dependesse apenas do incremento turístico.

Todo esse impulso diminui com o cumprimento do cronograma da obra, mas não chega à total estagnação devido aos fatores que serão vistos adiante.

3 O COMÉRCIO COM O PARAGUAI

3.1 O comércio de abastecimento: as exportações brasileiras

O comércio com o Paraguai será um elemento muito importante para a explicação do fenômeno Foz do Iguaçu. Iniciou ainda antes da construção da ponte sobre o rio Paraná, com uma ou duas "tiendas", que vendiam produtos do mercado internacional, sobretudo artigos eletrônicos, bebidas, etc. Nessa época a cidade paraguaia Presidente Stroessner, era pouco mais que um amontoado de casas. A região entre Stroessner e Asunción era um grande vazio, uma vez que a orientação do crescimento paraguaio se fazia seguindo a ferrovia, em direção à Argentina, maior parceiro comercial do país.

Com a ponte o comércio foi intensificado, ela serviu como um elemento adicional para intensificar o turismo, que por sua vez foi um incentivo adicional para a instalação de novas "tiendas" e o conseqüente crescimento de Presidente Stroessner. Porém o grande impulso para esse comércio também foi Itaipu. A movimentação da obra, o afluxo de pessoas, a massa de salários pagos, tudo isso acelerou aquele comércio de produtos internacionais multiplicando várias vezes as dimensões do negócio.

Paralelamente iniciava-se um outro tipo de atividade comercial, representado pelas exportadoras brasileiras, que atendia às necessidades de abastecimento da população paraguaia instalada em Stroessner. Esse comércio estava destinado a ter um grande papel no total das relações comerciais entre os dois países. Itaipu foi apenas mais uma grande obra para a economia brasileira e o seu impacto macroeconômico foi obscurecido por

outras grandes obras como os metrô, as usinas nucleares, Carajás, etc. No entanto, para a economia paraguaia o impacto macroeconômico foi fantástico, implicando em um fabuloso aumento do nível de renda. Esse aumento da renda propiciou uma ampliação do mercado paraguaio, que beneficiou aquelas exportadoras localizadas em Foz, agora dimensionadas para abastecer um país e não apenas uma cidade.

Por outro lado, Stroessner passou por um crescimento tão vertiginoso quanto Foz, não apenas devido aos investimentos públicos, mas principalmente devido aos investimentos privados. Ocorreu o mesmo ritmo febril de construções, ampliação e diversificação das atividades comerciais, melhorias na infra-estrutura urbana, etc. Rapidamente ela tornou-se uma das cidades mais importantes do Paraguai ocasionando inclusive uma alteração espacial na economia paraguaia, pois agora, o dinamismo está no entorno da rodovia Asunción - Stroessner. Além disso, o Brasil torna-se o maior parceiro comercial do Paraguai. Essa parceria é importante principalmente no que se refere ao abastecimento do país como um todo, no entanto também há o comércio turístico, particularmente ativo em Foz do Iguaçu.

3.2 O Comércio Turístico: as importações brasileiras

O comércio em áreas fronteiriças está sempre relacionado com o encanto da disponibilidade de produtos estrangeiros a preços baixos e com algum grau de contrabando. Nesse particular Foz não é nenhuma exceção. Como já foi mencionado, esse comércio foi crescendo com as obras e com a melhoria da infra-estrutura turística que permitiu o recebimento de um número muito mais elevado de visitantes. O crescimento foi tão rápido que, obviamente, a maneira de comerciar também teve que sofrer transformações.

Em primeiro lugar a estrutura da comercialização passou por transformações profundas. Inicialmente eram pequenos comerciantes, cada um com a sua loja e que em alguns casos eram os próprios responsáveis pelas importações. No entanto, com a expansão, o volume de mercadorias importadas era tal que acabou passando para o controle de grandes atacadistas, os quais, por sua vez, redistribuíam as mercadorias aos pequenos lojistas, agora em número bastante elevado. Esses pequenos lojistas, em grande parte eram e ainda são, descendentes de árabes e orientais. Por outro lado parte dessa comercialização também é feita nas ruas e na frente das lojas por vendedores ambulantes, na sua esmagadora maioria paraguaios. Paralelamente, surgiram grandes lojas, que conseguem fazer importações diretas e que praticamente são as únicas a terem alguma independência frente aos atacadistas.

Sintetizando, pode-se dizer que a estrutura atual de comercialização está baseada nos grandes importadores, que redistribuem as mercadorias aos pequenos lojistas e aos vendedores ambulantes e nas grandes lojas, que executam diretamente a maioria das suas importações.

Uma outra característica desse comércio é a sua dependência às cotações do dólar no mercado paralelo nas praças financeiras do Brasil. Por outro lado as próprias cotações da moeda paraguaia, o guarany, em relação ao cruzado estão vinculadas ao dólar paralelo, criando uma complexa trama de circulação monetária que será vista a seguir.

As mercadorias têm seus preços cotados em dólar. Os turistas brasileiros fazem suas compras em cruzados com o câmbio paralelo do dia, pagando em papel moeda ou com cheques de bancos brasileiros. Esses cheques tem que ser liquidados no menor tempo possível em Foz do Iguaçu, para evitar as perdas com eventuais alterações no câmbio. Esses cruzados tem que ser rapidamente convertidos em dólar para a reposição das mercadorias

R.Econ., Curitiba, 14(12):51-60, 1987.

vendidas. Tanto faz comprar esses dólares no mercado paralelo brasileiro ou no mercado paraguaio, porque a taxa de câmbio é determinada pelo mercado paralelo brasileiro. Por outro lado esse mercado de moedas é afetado pelo comércio regular, pois as exportações brasileiras para o Paraguai são feitas em cruzados e, dessa forma, também vai existir uma demanda por cruzados, de parte dos paraguaios para liquidar os seus compromissos. No entanto muitas vezes esses pagamentos são feitos em guaranys. Dessa forma, pode ocorrer que no final do dia um comerciante brasileiro esteja repleto de guaranys e um comerciante paraguaio repleto de cruzados. Ambos irão zerar suas posições a uma taxa de câmbio que dependerá da taxa do mercado paralelo brasileiro e do volume diário das transações regulares entre os dois países.

Esse mecanismo financeiro tem certas implicações para a economia da região. Em primeiro lugar, evidencia o altíssimo grau de risco com que trabalham os comerciantes no lado paraguaio. A margem de lucro com que operam baseia-se no volume de vendas e assim basta uma queda no volume de vendas e/ou uma elevação da taxa de câmbio para que surja a possibilidade concreta de operarem com prejuízos. Por outro lado implica na existência de um volume imenso de circulação monetária em Foz e de uma rede de agências financeiras à altura desse movimento. Finalmente, e mais importante, realça o grau de complexidade que atingiram as relações de interdependência econômica na área.

Outro aspecto a ser considerado é a possibilidade de existir um tipo de interdependência que embora não deixe de ser econômica é ilegal. Constantemente aparecem acusações de falsificação de produtos vendidos no Paraguai, geralmente aparelhos eletrônicos de pequeno porte, como rádios, de perfumes, jeans, algumas marcas de uísque, etc. Se isso for verdadeiro, apenas será factível se a produção dessas mercadorias for feita no Brasil, na medida em que a capacidade produtiva para elaborar a

maior parte dessas mercadorias e de suas embalagens está aqui. Além disso é muito provável que, devido às circunstâncias especiais, uma parcela dessa produção seja realizada em Foz do Iguaçu.

Quando se considera o tipo e a qualidade dos produtos adquiridos pelos turistas, fica-se com a sensação de que na realidade o que os leva até a cidade é um sonho: o sonho de adquirir produtos do mercado internacional com os parcos rendimentos do consumidor brasileiro, não interessa se esse produto é de pior qualidade que os produtos brasileiros ou até mesmo se ele é falso, o importante é ter a ilusão do consumo. Essa é a grande atração do lugar, as cataratas tem uma importância menor nessa história.

4 O COMÉRCIO COM A ARGENTINA

Aparentemente a Argentina foi quem menos aproveitou toda essa movimentação. No início da obra, a cidade fronteiriça de Puerto Iguazu era talvez a mais bem equipada da área, o comércio turístico era movimentado e de excelente qualidade, não obstante as dificuldades de acesso, pois naquela época ainda não existia a ponte entre o Brasil e Argentina. Atualmente a cidade parece que está menor do que naquela época. Muitas lojas fechadas, construções abandonadas, um clima, enfim, bem diferente do predominante no resto da região.

Não se tem claro as razões desse quadro. As hipóteses apontam para as dificuldades pelas quais a nação argentina passou, pelo fato de que as concentrações populacionais só vão existir depois de 300 a 400 quilômetros de distância, a existência de outras regiões em melhores condições de receber investimentos, etc. Esse é um tema que merece um estudo especial.

Por enquanto fica a idéia de que também há uma interdependência econômica de caráter essencialmente turístico, com R.Econ., Curitiba, 14(12):51-60, 1987.

uma parcela da responsabilidade pelo complexo turístico-comercial que se desenvolveu na região das três fronteiras.

5 CONCLUSÕES

Hoje em dia Foz do Iguaçu encontra-se em uma situação completamente diferente daquel existente na primeira metade dos anos setenta. Ela é o centro de uma complexa economia turística-comercial que se desenvolveu na região das três fronteiras em decorrência da construção de Itaipu. Essa economia possui como elementos estruturantes: o turismo, o comércio exportador para o Paraguai, a Itaipu Binacional. O comércio argentino ainda é apenas um elemento potencial.

A inter-relação entre esses elementos já foi esboçada acima, no entanto, apenas para resumir, os seguintes aspectos podem ser salientados.

No que se refere ao turismo, a cidade tem condições de receber uma quantidade excepcionalmente grande de visitantes, por outro lado esse fluxo dependerá da renda dessas pessoas e da manutenção dos seus sonhos. Não obstante a cidade tenha poucas condições de influir nestes dois últimos aspectos, está sendo consolidada uma intensa rede de interesses envolvendo agências de turismo, empresas de transporte, hotéis, agências governamentais, et c., que podem manter o fluxo pelo menos razoavelmente estável.

As exportações para o Paraguai estão diretamente vinculadas ao crescimento econômico daquele país e a uma política especial de comércio exterior como a que permite a comercialização em cruzados.

A presença da Itaipu Binacional deverá continuar sendo importante para a economia regional porque mesmo com o término total das obras, a operação da usina ainda irá exigir um volume razoável de trabalhadores e conseqüentemente um volume

R.Econ., Curitiba, 14(12):51-60, 1987.

relativamente elevado de renda será periodicamente introduzido na região.

Seria um exercício de futurologia prever o que será essa região nas próximas décadas, no entanto alguns dados são pelo menos inquietantes. A economia da região das três fronteiras está de tal forma aparelhada em termos de infra-estrutura física, comunicações, rede bancária, serviços especializados, etc., que possui um grau de flexibilidade muito grande para transformar-se e receber uma gama imensa de novas atividades econômicas. Essas condições são raras no interior do continente sul-americano e a colocam, em termos funcionais, muito mais próxima do centro da economia brasileira. Por outro lado está perto de terras agrícolas de excepcional qualidade, e pelo lado brasileiro, com a possibilidade de vir a integrar-se à uma região dinâmica que pratica uma agricultura moderna, cujo centro é Cascavel. Além disso, tem junto a si uma grande fonte de energia que, uma vez encontradas novas fontes de abastecimento energético para o núcleo industrial do Brasil, poderá ficar disponível. Tudo isso coloca como possibilidade bastante concreta o fortalecimento da integração econômica dos três países e o surgimento de uma grande concentração populacional no interior de um continente cuja ocupação historicamente foi litorânea.

SUMMARY

This paper is related to Regional Economics. It is a draft about the effects of the construction of Itaipu's dam on the economy of a large region which comprehend Paraguay, West of Parana, Brasil and North-East of Argentina. Foz do Iguaçu, Brasil, is the core of this economy which has been characterized by exportation and touristic activities. This case is very interesting because the majority of regional problems are delt as problems of a unique country and here they appear involving three countries.

**TÍTULOS HONORÍFICOS CONCEDIDOS PELO EGRÉGIO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO AOS PROFESSORES DO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

PROFESSOR EMÉRITO

Prof. Henrique Estrela Moreira (1966)
 Prof. Oswaldo Pilloto (1966)
 Prof. David Antônio da Silva Carneiro (1976)
 Prof. Ulysses de Campos (1977)
 Prof. Hamilton Ribeiro de Souza (1986)
 Prof. Nivaldo Maranhão Faria "in memoriam" (1986)

DIRETORES

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Prof. João Ribeiro de Macedo Filho - 1945
 Prof. Enéas Marques dos Santos - 1948

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Prof. Ulysses de Campos - 1949

FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Prof. Alceu Ribeiro de Macedo - 1968
 Prof. Ulysses de Campos - 1972
 Prof. Vilson Ronald Ribas Deconto - 1973

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Prof. Manoel de Oliveira Franco Munhoz - 1973
 Prof. José Munhoz de Mello - 1974
 Prof. José Nicolau dos Santos - 1976
 Prof. Othelo Werneck Lopes - 1977
 Prof. José Munhoz de Mello - 1980
 Prof. Alcides Munhoz Netto - 1981
 Prof. Geraldo Moreira de Macedo - 1983
 Prof. Darcy Caron Alves "Pro-Tempore" - 1985
 Prof. Darcy Caron Alves - 1987

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADAS

PROFESSORES TITULARES

ARTUR FRANCISCO PETROSKI
BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR
OCYRON CUNHA
ORCY STUMM

PROFESSORES ADJUNTOS

ALCEU SOUZA
CLAUDIO FRANCISCO TOLENTINO
GUILHERME LINDROTH
HERBERT ANTONIO AGE JOSÉ
IVO SIMAS MOREIRA
JOÃO MARIA PRESTES
JOEL SOUZA E SILVA
NAPOLEÃO DE ARAÚJO
OTTO HILDEBRANDO DOETZER
VILSON RONALD RIBAS DECONTO
WALTER CORDEIRO SKROCK
ROMEU TELMA
PEDRO JOSÉ STEINER NETO

PROFESSORES ASSISTENTES

ANDRÉ RYDYGEIR DE RUEDIGER
ANTONIO BARBOSA LEMES JUNIOR
ANTONIO JOSÉ BITTENCOURT
ARNALDO LUIZ MIRÓ REBELLO
CLAUDIO MIESSA RIGO
DJALMA LOPES DE MEDEIROS
EDUARDO LUIZ MIRÓ REBELLO
FREDDY JACQUES SANTOS LIMA KESSELRING
GERSON RASKIN
HAMILTON DE LACERDA SUPPLY JÚNIOR
JACKSON KUPPER
JOÃO CARLOS CUNHA
JOÃO CARLOS MOTTI

JOÃO FRANCISCO SIKORSKI
JOSÉ ROBERTO THOMAL
LAÉRCIO LHORET
LAURO ANTONIO ESMANHOTO
LAURO LUIZ HANKE
LESZEK CELINSKI
LUIZ AUGUSTO DE GIORDANO ROCHA
LUIZ HENRIQUE FORTES BRAGA
MARCOS DOMAKOSKI
MARIO RODRIGO FERNANDES MAIA
NELSON HAUCH
PAULO ROBERTO MAIA CORTES
PAULO ROBERTO ROCHA KRUGER
REGINA MARIA GONÇALVES PIMENTEL BAUMLE
SEGISMUNDO MORGENSTERN
WILSON MUGNAINE
ZAKI AKEL SOBRINHO
PROFESSOR AUXILIAR
OSMAR ROCHA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

PROFESSOR TITULAR

JUCUNDINO DA SILVA FURTADO

PROFESSORES ADJUNTOS

PEDRO STEINER JÚNIOR

TARAS SAVYTZKY

PROFESSORES ASSISTENTES

ALFREDO ARTEN

ARIEL SANTOS DE ALBUQUERQUE

BENEDITO DE ASSIS GOMES

CELSO FERREIRA DE ALMEIDA

DALVINO NUNES DA LAPA JÚNIOR

ERHARD RUPRECHT DOETZER

GILBERTO FORTES MARCONDES

GLENIO BENTO

JOSÉ CARLOS PASSUELO

JOSUÉ BRISOLA

MOACIR JOSÉ SOARES

RUBEN BECKER

WALBERTO STEINER

PROFESSORES AUXILIARES

ARCHANGELO ROCHA

ELUIZ MARIA MIQUELETO

VALDIR DA COSTA FRAZÃO

VERA LUCIA ARTIGAS

PROFESSOR VISITANTE

JACKSON CIRO SANDRINI

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PROFESSORES TITULARES

DIVONIR RIBAS TEIXEIRA TORRES

RUBEM DUARTE PINHEIRO

LUIZ VAMBERTO DE SANTANA

CÁSSIO FREDERICO CAMARGO ROLIM

PROFESSORES ADJUNTOS

ADEMIR CLEMENTE

ANDRÉ ZACHAROW

ARIO TABORDA DERGINT DE RAWICZ

AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET

BLAS HENRIQUE CABALLERO NUÑEZ

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS

DARCY CARON ALVES

FRANCISCO DE BORJA BAPTISTA DE MAGALHÃES FILHO

HEITOR ZARDO BRANCO

JOSÉ HENRIQUE DO CARMO

JOVIANO NÓBREGA

MARIO DINEY CORRÊA BITTENCOURT

NOEL DIDIER PACHECO DE CARVALHO

ROGÉRIO BERGER

ROMAR TEIXEIRA NOGUEIRA

PROFESSORES ASSISTENTES

ADEMAR KRUEGER
ARISTIDES LOURENÇO BRIDI
ARLETE CECCATTO
AUNER PEREIRA CARNEIRO
CARLOS LUIZ DE SOUZA GODAR
CLAUS MAGNO GERMER
DENISE MARIA MAIA
DIVONZIR LOPES BELOTO
DUILIO LUIZ BENTO
ISOLDA REICHMANN LOSSO
JOÃNI GIACOMITTI
JOSÉ BENEDITO DE PAULA
JOSÉ MORAES NETO
KANITAR AYMORÉ SABOIA CORDEIRO
LAFAIETE SANTOS NEVES
LUIZ XISCATTI
MARIANO DE MATOS MACEDO
MAURILIO LEOPOLDO SCHMITT
MIGUEL LUIZ CONTE
NELSON ANTONIO KRACHINSKI
OTHON JURUÁ ROLIM DE SOUZA REIS
PÉRICLES PESSOA SALAZAR
SIEGLENDE KINDL DA CUNHA
SUELY SIMÕES ALVES PINTO
WALTER HORST FRANK

PROFESSORES AUXILIARES

ADILSON ANTONIO VOLPI
ANA LÚCIA JANSEN DE MELLO DE SANTANA
CLEIDE MEIRELLES ESTEVES PIRAGIS
FÁBIO DORIA SCATOLIN
LUIZ ANTONIO DOMAKOSKI
TARCISO NADOLNY
KATHERINE HENNINGS
PAULO MELLO GARCIAS
RONALDO LOPES GARCIA

NORMAS EDITORIAIS

A colaboração, em forma de artigos originais, comunicações, notas prévias, notícias de pesquisas, resenhas bibliográficas, deverá:

1. ser inédita. Em casos especiais será aceita a publicação simultânea em revista estrangeira;
2. as notas e comunicações deverão ter dimensões reduzidas, podendo constituir-se em modelos econômicos sobre assuntos específicos, comentários de artigos publicados na Revista e debates sobre assuntos da área de publicação. As resenhas de livros limitar-se-ão a um máximo de três páginas datilografadas;
3. ter assunto ligado à economia, administração ou contabilidade;
4. trazer título que corresponda, de maneira clara, à idéia geral do artigo;
5. ser redigida em língua portuguesa, com extensão máxima de 30 páginas, em três vias datilografadas em uma só face do papel, espaço duplo, com margem de três centímetros e numeração no canto superior direito;
6. tabelas e gráficos devem ser apresentados em papel branco, com as respectivas legendas datilografadas e fontes completas, acompanhadas da indicação de sua localização no texto;
7. apresentar um resumo de no máximo 200 palavras, preferencialmente em inglês.
8. seguir as normas da ABNT (NB-66) relativas a referências bibliográficas e notas de rodapé. As normas da ABNT podem ser encontradas nas Normas para apresentação de trabalhos, da Biblioteca Central da UFPR e no volume 13, número 10, da Revista de Economia, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR. As referências bibliográficas deverão ser reunidas no fim do texto, em ordem alfabética;
9. apresentar, em folha à parte, devidamente numeradas, as notas de rodapé; a numeração deverá ser consecutiva para todo o artigo;
10. todos os trabalhos apresentados à Revista serão julgados pelo Conselho Editorial, que poderá sugerir modificações aos autores;
11. a remessa dos originais à Revista implicará na autorização de publicação, não sendo devolvidos os originais não publicados;
12. incluir, em folha à parte, assinada, informação sobre a situação acadêmica do autor; quando necessários, esclarecimentos sobre o trabalho.

OBSERVAÇÕES

- I. Quando não forem seguidas corretamente as normas acima, o Conselho Editorial poderá solicitar a correção dos trabalhos.
- II. Os comentários sobre artigo publicado na Revista serão enviados ao autor do artigo, com direito a réplica no mesmo número ou em números posteriores.
- III. A Revista de Economia não se responsabiliza pela opinião emitida pelos autores.
- IV. Os trabalhos e a correspondência devem ser enviados à: REVISTA DE ECONOMIA
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR
Rua Dr. Faivre, 405 - 1^o. andar
80000 - Curitiba - Paraná - Brasil